



Relatório Semestral de Governança Corporativa

Julho a Dezembro de 2025





SUMÁRIO

Equipe Previdenciária

Conselhos Previdenciários

1.	Resumo sobre o IPSEMC	05
2.	Resumo Institucional	08
2.1	Introdução	09
2.2	Grande Áreas de Atuação do RPPS segundo o Pró-Gestão RPPS.....	10
2.3	Aspectos Relevantes do Relatório de Governança segundo o Pró-Gestão RPPS	11
2.5	Desenvolvimento das Atividades no IPSEMC no âmbito do Pró-Gestão RPPS	12
2.5	Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das áreas de Risco	13
2.6	Estrutura de Controle Interno	14
2.7	Governança Corporativa / Gestão Financeira / Gestão do Passivo / Pesquisa de Satisfação.....	18
2.8	Planejamento Estratégico	23
2.9	No âmbito da Gestão Atuarial	24
2.10	Código de Ética do IPSEMC	25
2.11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	26
2.12	Política Anual de Investimentos	26
2.13	Comitê de Investimentos / Área de Investimentos	28
2.14	Transparência	30
2.15	Definição de Limites de Alçada	40
2.16	Segregação de Atividades	40
2.17	Ouvidoria	41
2.18	Diretoria Executiva – DE	41
2.19	Conselhos Deliberativo - CONDPREV e Fiscal – CONFIPREV Municipal de Previdência.....	42
2.20	Mandato, Representação e Recondução	44
2.21	Gestão de Pessoas – Incluso e-SOCIAL	45
2.22	Resumo das atividades no âmbito do IPSEMC Segundo Semestre de 2025	49
2.23	Atividade Jurídica / Contencioso	60
2.24	Relatório do Passivo Judicial	60
2.25	Tabela Demonstrativa de Processos Jurídicos	61
2.26	Resultado do Grande Censo Previdenciário	61
2.27	Gestão dos Investimentos tendo como Fonte o Relatório Mensal de Gestão dos Investimentos....	63
2.28	Carteira de Investimentos	65
2.29	Estratégias de Investimentos	66
2.30	Composição da Carteira de Investimentos	67
2.31	Receitas de Investimentos	67
2.32	Rentabilidades	67
2.33	Índices	68
2.34	Controles de Riscos	68
2.35	Resumo Avaliativo com Resultado 2024 em relação ao Planejamento Estratégico – período 2024 a 2030	69
2.36	Realinhamento do Planejamento Estratégico	69
2.37	Amostragem gráfica com os Resultados do Sistema RPPS Digital	70
2.38	Metas atingidas	71
3.	Considerações Finais	73
4.	Parecer do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV.....	74





EQUIPE PREVIDENCIÁRIA

Edvaldo Manoel de Lima Neto
Prefeito

Léa Santana Praxedes
Presidente

Landsberg Famento Nascimento
Assessor Jurídico Previdenciário

Dárcio Xavier Ferreira
Assessor de Desenvolvimento Institucional e Controle Interno

João Thomaz da Silva Neto
Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário

Rômulo Gomes Pereira
Diretor de Benefícios

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Assessor de Informática Previdenciário

Guilhardo de Souza Lourenço
Diretor de Gestão de Investimentos

Thiago Silveira
Diretor de Gestão Atuarial

Thereza Maynara de Almeida Silva
Coordenadora de Benefícios Previdenciários

Vanessa Vencato Lena
Coordenadora Administrativa Previdenciária

Daniella Cabral de Albuquerque
Setor de Acompanhamento Processual

Fátima Maria de Araújo Pereira
Setor de Aposentadoria

Jackson Ângelo Pereira
Setor de Processamento de Dados

Lia Nazareth Gonçalves
Setor de Arquivo

Angela Maria Moreira Neves
Setor de Pensões

Leni Santana P. Ribeiro
Resp. Setor de Patrimônio e Materiais / Revisão de Linguagem



CONSELHOS PREVIDENCIÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

Léa Santana Praxedes
Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima
Conselheira /Representante dos Servidores Ativos da Câmara Municipal

Juliana de Lima Silva
Conselheira/ Representante do Poder Executivo

Marileide Lourenço da Silva
Conselheira /Representante dos Inativos do Município

CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV

Adriana Maria Morsch Schmid
Conselheira/ Representante dos Segurados Inativos

Lorena Rakel Domingos de Farias
Conselheiro Presidente /Representante dos Servidores Ativos

Edilza da Paixão Rodrigues
Conselheira/Representante do Poder Legislativo

Jackson Ângelo Pereira
Conselheiro /Representante do Regime Próprio de Previdência Social



R

ESUMO SOBRE O IPSEMC



1. RESUMO SOBRE O IPSEMC

1.1 O que é o IPSEMC?

O IPSEMC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, criado pela Lei Municipal nº 687/93, de 28/07/93, composto por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo.

1.2 Por que o IPSEMC foi criado?

Para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis para sua manutenção em situação de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão e morte, e assim garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao mesmo juntamente com a Administração Municipal, a Diretoria Executiva do IPSEMC e seus Conselhos.

1.3 Breve Histórico do IPSEMC

"A Constituição de 1988 impôs à União a adoção de um Regime Jurídico Único, havendo na época, o entendimento legal de que o único regime que caberia aos servidores seria o estatutário".

A Constituição também impôs o pagamento de aposentadoria integral aos seus servidores possibilitando que os entes federativos criassem seus regimes próprios de previdência. Em 1993, o cenário nacional apresentava-se muito caótico principalmente pela ausência de uma legislação que disciplinasse a questão, além do insucesso das experiências obtidas pelos Estados e Municípios, os quais abrigaram sob o mesmo manto a previdência e a assistência à saúde dos servidores e familiares, sem a devida previsão orçamentária. Alguns regimes previdenciários só previam contribuição para pagamentos de pensões e assistência à saúde, cabendo aos cofres públicos o pagamento das aposentadorias o que acabou por inviabilizar muitas administrações públicas. O Prefeito José Francisco Régis, à época, com ampla visão administrativa, compreendeu a necessidade de se criar um sistema de previdência para os servidores municipais objetivando assegurar o direito constitucional a uma aposentadoria integral de forma a não comprometer as finanças públicas do Município de Cabedelo.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho que, durante dois anos, estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei, promoveu discussões internas bem aprofundadas, acarretando por diversas vezes a reelaboração do anteprojeto de lei, pois o processo de discussão assim o exigia. Destacam-se a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral do Município que, de forma muito responsável, contribuiu significativamente para este processo.

Como resultado deste desafio, em 23 de julho de 1993, é criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo (IPSEMC), pela Lei nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98, trouxeram a necessidade de adequação da legislação do Ipsemc, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE."

1.4 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC

1.4.1 Missão

Assegurar os direitos previdenciários, segurados e dependentes, mantendo o equilíbrio financeiro e atuarial, promover a educação previdenciária e contribuir para gestão responsável do município.

1.4.2 Slogan

Valorizando o seu futuro.

“Zeze esta casa. Hoje você a sustenta. Amanhã será sustentado por ela.”

1.4.3 Visão

Ser referência na gestão previdenciária, com inovação e sustentabilidade, garantindo a segurança financeira e social dos nossos segurados.

1.4.4 Valores

◆ *Transparência*

Aprimorar a transparência e a honestidade institucional de modo a aumentar confiança, a respeitabilidade com os segurados e sociedade em geral.

◆ *Excelência na Gestão*

Promover a melhoria contínua dos resultados organizacionais, de forma lógica e sustentável, mantendo a conformidade com os padrões comparáveis aos das melhores organizações previdenciárias.

◆ *Sustentabilidade*

Desenvolver a cultura da responsabilidade institucional e, socioambiental visando realizar ações que contribuirão para o bem-estar e a defesa dos interesses dos previdenciários e da sociedade.

◆ *Educação Previdenciária*

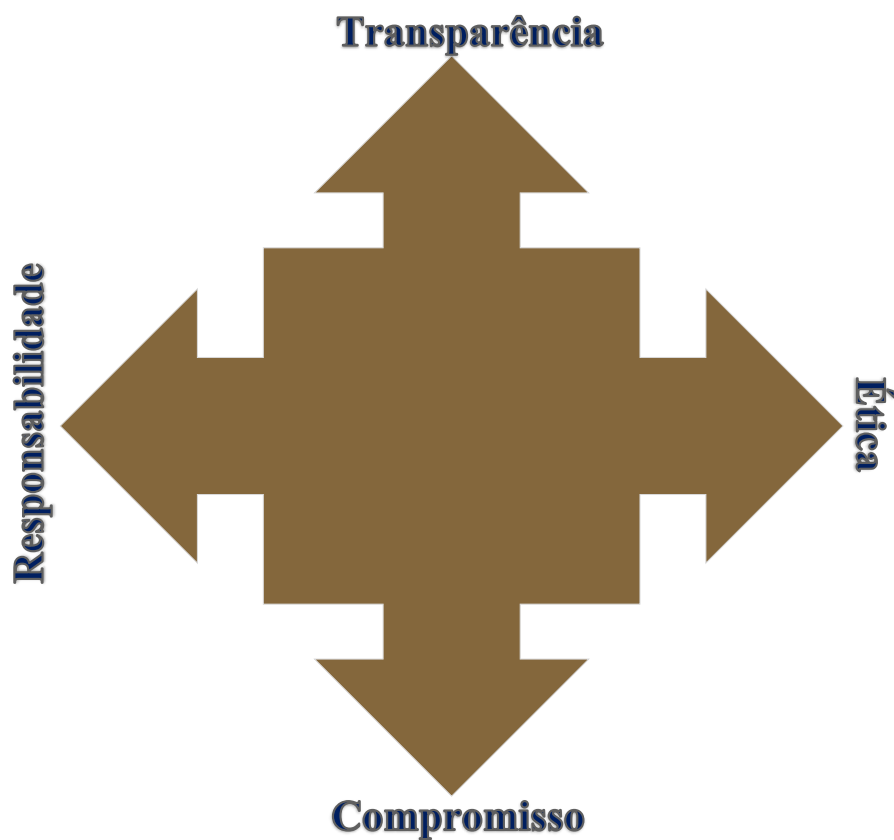
Fortalecer a educação continuada visando disseminar o conhecimento previdenciário com informações de qualidade; promover ações educacionais com o propósito de conscientizar aos segurados sobre seus deveres e direitos.

◆ *Ética:*

Agir de acordo com os princípios morais que delimitam as relações pessoais e impessoais descritas no Código do IPSEMC.

RESUMO INSTITUCIONAL

(No âmbito do **P**lanejamento **E**stratégico e do **P**ró-**G**estão **RPPS**)



2. RESUMO INSTITUCIONAL

2.1 Introdução

***" A paz com Deus e com o nosso mundo interior é o que nos sustenta,
dá fortaleza para enfrentarmos os desafios existentes"***

(Léa Praxedes)

O presente Relatório de Governança Previdenciária refere-se ao acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) durante o segundo semestre de 2025. Este documento tem como objetivo apresentar de forma clara e objetiva os principais avanços, desafios e medidas adotadas no período, com foco na transparência, no controle interno, na integridade institucional e na eficiência administrativa.

A governança previdenciária compreende um conjunto de práticas e estruturas que asseguram a boa condução dos processos decisórios, a correta aplicação dos recursos, o cumprimento das normas legais e a busca contínua pela sustentabilidade do regime. Assim, este relatório consolida informações relevantes sobre os pilares da governança — liderança, estratégia e controle — contribuindo para o fortalecimento institucional e a confiança dos segurados.

Ao longo dos últimos seis meses do ano, a gestão atuou com responsabilidade e planejamento, buscando alinhar os objetivos estratégicos do RPPS às diretrizes do Pró-Gestão e às boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle. Este material também visa subsidiar os conselhos, comitês e demais instâncias de fiscalização e gestão no exercício de suas competências.

Gratidão a Deus acima de tudo que não nos perde de vista e nos acomoda em Seus braços paternos nos atribuindo força, coragem, determinação e vigor. Ao Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB cuja atuação tem sido fundamental para a sobrevivência dos RPPS, ao Ministério da Previdência por meio da Secretaria de Regime Próprio e Complementar - SRPC. A nossa Equipe institucional e a todos os profissionais colaboradores e participantes da causa previdenciária em Cabedelo. Ao Exmo. Sr. Prefeito André Coutinho e a Câmara Municipal pela força, conexão estabelecida e pelo cumprimento das obrigações legais enquanto responsáveis pelos Entes públicos, uma vez que com essa atuação podemos manter o CRP e nos manter no que preconiza o Pró-Gestão RPPS.

2.2 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES RELACIONADAS
ADMINISTRATIVA	Área de Suporte Administrativo aos setores internos da unidade gestora.	Contratos, compras, licitações, material de almoxarifado, imóveis, bens patrimoniais, recursos humanos, protocolo, arquivo geral, serviços gerais.
ARRECADAÇÃO	Área de controle de repasse das contribuições previdenciárias e aportes.	Controle de repasse das contribuições e aportes, cobrança de débitos, servidores licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração.
ATENDIMENTO	Área de serviços de atendimento aos servidores, aposentadora e pensionistas.	Atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico, ouvidoria.
ATUARIAL	Área de estudos e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais.	Acompanhamento atuarial, elaboração de relatório de gestão atuarial.
BENEFÍCIOS	Área de concessão, implantação, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.	Análise, concessão e revisão de benefícios, gestão da folha de pagamento.
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Área de atividades específicas de compensação previdenciária, como regime instituidor- RI ou regime de origem – RO.	Procedimentos de envio e análise de requerimentos via sistema COMPREV.
FINANCEIRA	Área de gestão e controle financeiro.	Tesouraria, orçamento, contabilidade geral.
INVESTIMENTOS	Área de estudos, tomada de decisão e acompanhamento dos resultados das aplicações dos recursos do RPPS.	Operações de investimentos, análises de risco e gestão dos ativos mobiliários e imobiliários, elaboração da política de investimentos, credenciamento das instituições financeiras.
JURÍDICA	Área de consultoria e defesa judicial da unidade gestora do RPPS.	Pareceres em processos de contratação, processos de concessão de benefícios e revisão da legislação, defesa em processos judiciais e cumprimento das decisões judiciais.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Área de apoio de informática e manutenção de bases de dados.	Segurança, acesso e operacionalização dos sistemas de informática e das bases de dados.

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS/SPREV/ME (Tabela 01)

“Quando acreditamos verdadeiramente em algo, somos capazes de enfrentar nossos maiores desafios. Inclusive os nossos medos e receios.”

(Rodrigo Félix)

2.3 Aspectos Relevantes do Relatório de Governança segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

Deve ser periodicamente disponibilizado pela unidade gestora do RPPS, em seu site, o Relatório de Governança Corporativa, instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, que deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

A seguir são especificadas as informações que deverão constar do relatório, observados os requisitos mínimos adiante definidos para cada nível de certificação.

- a) Dados dos segurados, receitas e despesas: Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, resumo das folhas de pagamentos, valor da arrecadação de contribuições e outras receitas, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.
- b) Evolução da situação atuarial: Custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.
- c) Gestão de investimentos: Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.
- d) Publicação das atividades dos órgãos colegiados: Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.
- e) Atividades institucionais: Gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.
- f) Canais de atendimento: Estatísticas dos canais de atendimento disponibilizados aos segurados, tais como ouvidoria própria ou do ente federativo, agências, postos de atendimento, atendimento agendado.

Para cada nível de certificação o Relatório de Governança Corporativa deverá observar:

- **Nível I:** Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b” e “c” e “d” acima.
- **Nível II:** Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” acima.
- **Nível III:** Periodicidade semestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas acima.

2.4 Desenvolvimento das atividades no âmbito do PRÓ-GESTÃO RPPS

2.4.1 Gestão Administrativa e Controladoria / Controle Interno

2.4.1.1 Observância aos manuais das Atividades das áreas de Atuação do RPPS estabelecidos

O IPSEMC já vem atuando seguindo o que foi manualizado antes e depois do advento do Pró-Gestão RPPS mesmo porque as políticas abordam as atividades realizadas pelas dimensões / Pilares da Gestão e orientam de forma efetiva como FAZER por meio do estabelecimento de manuais, mapeamentos / fluxogramas em todas os pilares e dimensões, ou seja, benefícios; política de segurança da informação; patrimonial; arquivo institucional; ouvidoria; recursos humanos; controle interno; administrativa, financeira, arrecadação, contabilidade, investimentos, jurídica, atuarial, atendimento, etc.

No segundo semestre de 2025, trabalhou-se, observando-se os manuais e mapeamentos das atividades de modo normal, como também no âmbito de sistemas digitais que customizaram os processos e promoveram melhoria contínua conforme esperado.

2.4.1.2 Relatórios Gerenciais ou de Auditorias Internas ou Externas:

No âmbito da Governança foram estabelecidos, elaborados e os de obrigatoriedade legal publicados no Portal da Autarquia: www.ipsemc.pb.gov.br com o fito de melhorar a governança cumprindo assim os critérios do Pró-Gestão RPPS:

- I- Relatório Mensal e Anual de Investimentos;
- II- Relatório de Due Diligence;
- III- Relatório Trimestral de Controle Interno;
- IV- Relatório de Governança Semestral;
- V- Relatório Semestral de Avaliação do Planejamento Estratégico;
- VI- Relatório Periódico de Gestão Atuarial;
- VII- Relatório Atuarial Estudo de Aderência / Hipóteses;
- VIII- Relatório de Solvência / ALM;
- IX- Relatório do Passivo Judicial;
- X- Relatório de Licitações e Contratos celebrados;
- XI- Relatório das Atividades do Arquivo;
- XII- Relatório da Concessão e Extinção de Benefícios;
- XIII- Relatório Anual de Governança – Prestação de Contas Anual –PCA.

2.4.1.3 Relatórios de Auditoria Externa: foram atendidas todas as notificações oriundas do TCE-PB em relação aos processos de Benefícios quando a auditoria detecta ausência de documentos, fundamentação legal incompleta, correção de nome em virtude de situação conjugal, entre outros.

2.5 Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das áreas de Risco

2.5.1 Certificação Profissional / Educação Financeira:

- I- Gestor e todos os Membros do Comitê de Investimentos – COI 100% certificado.
- II- Todos os Membros da Diretoria 100% certificados.
- III- Todos os Membros do Conselho Fiscal Municipal de Previdência 100% certificados.
- IV- Todos os Membros do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência 100% certificados.

2.5.2 Capacitação Profissional – o que não faltou foi capacitação profissional:

- I- Gestor e Membros do Comitê de Investimentos – COI participaram de eventos remotos e presenciais diversos realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ASPREVPB, IPSEMC, Lema Investimentos e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.
- II- Membros da Diretoria participaram de eventos remotos e presenciais diversos realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ASPREVPB, Lema Investimentos, IPSEMC e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.
- III- Membros do Conselho Fiscal Municipal de Previdência participaram dos eventos remotos e presenciais diversos de capacitação em várias áreas / pilares da governança realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ASPREVPB, Lema Investimentos, IPSEMC e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.
- IV- Membros do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV participaram dos eventos remotos e presenciais diversos de capacitação em várias áreas / pilares da governança realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ASPREVPB, Lema Investimentos, IPSEMC e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.

2.5.3 Alguns Temas de Capacitação Previdenciária no período

Durante esse período foram oferecidos eventos de capacitação seja remota, presencial, etc. muito embora tenhamos tido participação restrita devido ao processo de contenção de despesas do município. Temas abordados:

- I- Eventos on line (abrangendo renda variável, gestão de riscos, fundos de investimentos / modalidades; modelos de carteira sugeridos; investimentos no exterior; ética na condução dos investimentos; a questão das fraudes – como se prevenir; etc. etc.
- II- Curso sobre a NLLC nº 14.133 - Licitações;
- III- Congresso Estadual da ASPREVPB – temas de alta relevância;
- IV- Congresso Brasileiro de Previdência da ABIPEM;
- V- Seminários Municipais de Previdência. Entre outros.

2.6 Estrutura de Controle Interno

O controle interno desempenha um papel fundamental na gestão e operação eficaz de uma organização. Ele se refere ao conjunto de procedimentos, políticas e práticas estabelecidas para garantir que as atividades da organização sejam realizadas de maneira eficiente, eficaz, segura e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. A importância do controle interno em uma organização é multifacetada e abrange diversas áreas:

Gestão de Riscos:

O controle interno ajuda a identificar, avaliar e mitigar os riscos que uma organização enfrenta. Ao implementar medidas de controle, a organização pode reduzir a probabilidade de eventos adversos e minimizar o impacto caso ocorram.

Prevenção de Fraudes:

Um sistema de controle interno bem estruturado ajuda a prevenir e detectar fraudes internas e externas. Isso ocorre ao estabelecer camadas de aprovação, segregação de funções e monitoramento constante das transações e atividades.

Eficiência Operacional:

O controle interno auxilia na otimização dos processos operacionais, identificando ineficiências e gargalos. Isso permite que a organização aloque recursos de maneira mais eficaz e alcance seus objetivos de maneira mais eficiente.

Conformidade Legal e Regulatória: As organizações estão sujeitas a diversas leis e regulamentos que governam suas operações. O controle interno ajuda a assegurar que a organização esteja em conformidade com essas leis, evitando penalidades legais e danos à reputação.

Tomada de Decisões:

Um sistema de controle interno sólido fornece informações precisas e confiáveis para os gestores tomarem decisões informadas. Isso é essencial para desenvolver estratégias, planejar investimentos e avaliar o desempenho organizacional.

Proteção dos Ativos:

O controle interno contribui para a proteção dos ativos da organização, como dinheiro, estoque, propriedade intelectual e informações confidenciais. Isso é alcançado por meio de medidas de segurança física e lógica, bem como controles de acesso a recursos críticos.

Confiança dos Stakeholders:

Ter um sistema de controle interno sólido transmite confiança aos stakeholders da organização, incluindo investidores, clientes, fornecedores e parceiros. Isso pode melhorar a reputação da organização e atrair mais oportunidades de negócios.

Auditoria Externa e Interna:

Tanto as auditorias externas quanto as internas dependem de um ambiente de controle interno bem estruturado para avaliar a precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos operacionais.

Em resumo, o controle interno é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a sustentabilidade de uma organização. Ele não apenas protege a organização contra riscos e fraudes, mas também cria um ambiente confiável no qual a gestão e os stakeholders podem confiar para atingir os objetivos estratégicos e operacionais.

A Estrutura de Controle Interno foi estabelecida em, 2020 conforme orientação recebida por meio da Seção 3.1.4 – pág. 23 do Manual do Pró-Gestão RPPS, ao criar-se a estrutura mínima por meio da Portaria nº 105/2020, ou seja, Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI, desde sua criação, está atuando de forma independente, observando, avaliando, sugerindo melhorias na governança como um todo desde o ambiente de trabalho, as demonstrações contábeis; a proposta e a execução orçamentária; as despesas administrativas; contratos celebrados; outros relatórios gerenciais, obviamente melhorando a cada passo e neste próximo exercício submeter-se-á a outras capacitações a fim de que possa otimizar a prática, mesmo porque o controle interno em um RPPS, é uma construção a longo prazo visando o aperfeiçoamento dessa tão relevante dimensão.

2.6.1 No âmbito da Gestão de riscos tem sido observado e analisado a:

- I- A análise dos investimentos;
- II- Mapa de Riscos dos setores;
- III- O pleno acesso às informações pelos participantes e assistidos;
- IV- O controle do calendário de obrigações legais e próprias;
- V- Calendários de reuniões do COI;
- VI- Calendário das reuniões dos Conselhos;
- VII- Envios atualizados dos Demonstrativos / Formulários de Informações ao Ministério: DIPR, DAIR, DEPIN, etc.
- VIII- Os princípios éticos (código de ética);
- IX- Os controles internos do repasse das contribuições;
- X- Os controles dos parcelamentos;
- XI- Dos benefícios concedidos;
- XII- Da contabilidade;
- XIII- Das contingências judiciais;
- XIV- Da execução orçamentária;
- XV- Outros que a CPCI deve acompanhar.

Todas as análises, fiscalizações, acompanhamentos e avaliações podem ser tanto presencial como via Portal do IPSEMC www.ipsemc.pb.gov.br tendo em vista que o Portal está alimentado e mantido mensalmente com as informações e relatórios disponibilizados pela gestão previdenciária, bem como acompanhar as práticas previdenciárias no dia a dia e confrontá-las com o que está disponível.

2.6.2 Quanto à Política de Segurança da Informação

A política de segurança da informação é de extrema importância para organizações de todos os tamanhos e setores, devido à crescente dependência da tecnologia e da informação no mundo moderno. Ela define as diretrizes, procedimentos, práticas e responsabilidades relacionadas à proteção das informações sensíveis e críticas de uma organização. Aqui estão algumas razões pelas quais a política de segurança da informação é tão crucial:

Proteção de Ativos de Informação:

A informação é um ativo valioso para qualquer organização, contendo dados confidenciais, estratégicos, financeiros e operacionais. A política de segurança ajuda a garantir que esses ativos sejam devidamente protegidos contra ameaças internas e externas, evitando vazamentos, roubos e comprometimentos.

Conformidade Legal e Regulatória:

Muitas organizações estão sujeitas a regulamentações que exigem a implementação de medidas de segurança da informação. Uma política de segurança bem definida ajuda a garantir que a organização cumpra essas regulamentações e evite penalidades legais.

Confidencialidade:

A política de segurança protege a confidencialidade das informações, garantindo que apenas as pessoas autorizadas tenham acesso aos dados relevantes. Isso é crucial para proteger informações sensíveis, como dados dos segurados-clientes previdenciários, segredos e informações estratégicas.

Integridade:

A política de segurança também visa garantir a integridade das informações, garantindo que elas não sejam alteradas ou corrompidas de maneira não autorizada. Isso é fundamental para manter a precisão e a confiabilidade dos dados.

Disponibilidade: Além de proteger contra ameaças, a política de segurança também visa garantir a disponibilidade das informações quando necessário. Isso envolve a implementação de medidas para prevenir interrupções e garantir a continuidade dos serviços.

Gestão de Riscos:

Uma política de segurança da informação bem desenvolvida ajuda a identificar e gerenciar os riscos associados à exposição de informações críticas. Isso permite que a organização tome medidas proativas para mitigar esses riscos e responder eficazmente a incidentes de segurança.

Conscientização dos Funcionários:

Uma política de segurança estabelece as expectativas em relação ao comportamento dos funcionários em relação à segurança da informação. Isso promove a conscientização sobre boas práticas de segurança e reduz a probabilidade de erros humanos que possam levar a violações de segurança.

Reputação da Organização:

Incidentes de segurança, como violações de dados, podem causar sérios danos à reputação de uma organização. Uma política de segurança robusta ajuda a prevenir esses incidentes, protegendo a confiança dos clientes, parceiros e stakeholders.

Economia de Recursos:

Investir em segurança da informação desde o início pode ajudar a evitar gastos excessivos na recuperação de incidentes de segurança. Uma política eficaz pode reduzir os custos associados a violações de dados, investigações e interrupções operacionais.

Preparação para o Futuro:

À medida que as ameaças cibernéticas evoluem, a política de segurança da informação deve ser adaptada para enfrentar novos desafios. Uma abordagem proativa e em constante evolução ajuda a garantir que a organização esteja preparada para lidar com ameaças emergentes.

Em resumo, a política de segurança da informação é essencial para proteger os ativos, a reputação e a operação contínua de uma organização em um cenário cada vez mais digital e ameaçador. Ela fornece um conjunto claro de diretrizes e princípios que orientam a tomada de decisões em relação à segurança da informação em todos os níveis da organização.

Foram trabalhados e são acompanhados vários aspectos no que diz respeito aos:

- I- Sistemas existentes;
- II- A aplicação de tecnologias;
- III- O controle de contingências;
- IV- O controle de Acesso;
- V- Arquivos em nuvem;
- VI- RPPS Digital – Sistema em Nuvem;
- VII- Soluções de problemas de arrumação e manutenção de computadores, linhas e ramais telefônicos, entre outros;
- VIII- Manutenção de aparelho celular utilizado por meio da linha fixa 3228-1434;
- IX- Utilização efetiva do Aplicativo WhatsApp Empresarial para uma melhor comunicação com os segurados, etc. etc.

2.6.3 Quanto à Gestão da Base de Dados dos Servidores Ativos, Aposentado e Pensionistas:

- I- A Resolução Normativa sob o número 10/2020, datada de 01/09/2020, aprovou e normatizou a Política de Recenseamento dos Servidores Municipais Efetivos Ativos, Inativos e Pensionistas do Município, junto ao IPSEMC, publicada no Periódico Oficial do IPSEMC – POI/ Setembro de 2020;
- II- Quanto ao Censo Anual dos Aposentados e Pensionistas está totalmente atualizado porque é realizado mensalmente no mês de aniversário, portanto é uma rotina normalmente estabelecida no Ipsemc, sendo assim, os segurados que não comparecem, o pagamento é bloqueado até a regularização do cadastramento;

- III- Desde o primeiro semestre foi disponibilizado – via Portal do Ipsemc – o Sistema de Prova de Vida, possibilitando aos segurados a realização de onde estiver, desde que tenha acesso tecnológico. Essa modalidade tem sido efetiva principalmente em relação a aqueles que estão longe e necessitam apresentar prova de vida. Foi uma medida justa porque tem evitado a alta despesa dos segurados com o documento que é emitido por cartórios.
- IV- Mesmo que o cadastramento anual foi realizado normalmente dentro da rotina estabelecida, todos os aposentados e pensionistas participaram do grande censo previdenciário ocorrido atingindo um percentual de 100% de comparecimento. Assim pode-se afirmar que a Base Cadastral de aposentados e pensionistas está atualizada.
- V- Os servidores pertencentes ao Quadro de Provimento Efetivo também fizeram o censo previdenciário, que atingiu um excelente percentual de 100%. No início do ano a Secretaria de Administração realizou um censo com os servidores efetivos ativos, porém como o Ipsemc já havia constituído o processo de licitação para realização do grande censo, foi realizado com ótimo resultado.

2.7 Governança Corporativa / Gestão Financeira / Gestão do Passivo

2.7.1 Relatórios de Governança Corporativa

Semestralmente são elaborados os Relatórios de Governança e anualmente é elaborado o Relatório Anual de Governança Corporativa no momento da Prestação de Contas do Exercício ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB cuja apresentação à Corte de Contas é feita todo mês de março como também é disponibilizado no Portal do IPSEMC: www.ipsemc.pb.gov.br no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/gestao/relatorio_2024.pdf . Nestes relatórios são organizados os assuntos da governança de forma que englobe:

- I- A estrutura mínima de governança;
- II- As instâncias de decisão e assessoramento;
- III- A evidência do canal direto de comunicação entre todos tendo em vista que se aborda as atividades da governança como um todo;
- IV- O nível de satisfação dos participantes visto que é permanentemente disponibilizado tanto via pesquisa de satisfação presencial, como via on line no Portal da Autarquia, como também a cada semestre é feita a avaliação e apresentados os resultados com a finalidade de realinhar e melhorar a gestão. Logo abaixo serão expostos os resultados da pesquisa de satisfação onde estão também inseridos o que foi recebido e respondido na Ouvidoria Previdenciária do IPSEMC;
- V- Os procedimentos e parecer da auditoria interna (caso ocorra) também serão objeto de apresentação de resultados.
- VI- O IPSEMC não só implementou como executa suas ações / atividades dentro dos princípios de governança estabelecidos pelo Pró-Gestão RPPS, mesmo antes de sua existência, pois já vinha trabalhando nessa linha profissional de gestão, quando elaborou seu planejamento estratégico com toda a equipe e determinou que a Autarquia seguiria em busca da excelência pública previdenciária.

Semestralmente, a partir do exercício de 2020 foram elaborados os Relatórios de Governança Semestral para fins de Prestação de Contas do Período, conforme orientação do Pró-Gestão RPPS.

2.7.2 Resultados da Pesquisa de Satisfação – Segundo Semestre - Exercício 2025

2.7.2.1 APRESENTAÇÃO

O Ipsemc realiza periodicamente pesquisas de satisfação com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à comunidade de segurados. No segundo semestre de 2025, a pesquisa foi aplicada de forma presencial e online, abrangendo aposentados, pensionistas, servidores ativos e demais usuários dos serviços do Instituto.

Este capítulo apresenta os resultados quantitativos e qualitativos obtidos no período de julho a dezembro de 2025, contribuindo para a avaliação da qualidade dos serviços, identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria. Difere do relatório próprio da Ouvidoria, que tem seu próprio padrão (estrutura, critérios e metodologia) de análise.

2.7.2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

- ❖ Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Ipsemc a partir da percepção dos usuários.
- ❖ Identificar pontos de excelência e aspectos que necessitam de aprimoramento.
- ❖ Reforçar o compromisso institucional com a melhoria contínua e com a excelência no atendimento ao público.
- ❖ Subsidiar a gestão em ações corretivas ou de manutenção dos padrões de qualidade.

2.7.2.3 CRITÉRIOS PERCENTUAIS DA AVALIAÇÃO

Cordialidade: Avalia a educação, respeito e atenção demonstrados pelos servidores no atendimento ao público, prioridade de atendimento, paciência, entre outros.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 97%; Satisfeito: 3%; Outros: 0,0%.



Figura 1 - Critério de Cordialidade

Agilidade: Mede a rapidez e eficiência no atendimento e na execução dos serviços demandados pelos usuários. **RESULTADOS:** Muito satisfeito: 100%; Outros: 0,0%.



Figura 2 - Critério de Agilidade

Qualidade dos Serviços: Refere-se à precisão, clareza, confiabilidade e adequação técnica das informações e soluções prestadas.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 100%; Outros: 0,0%.



Figura 3 - Critério de Qualidade

Ambiente Físico: Avalia as condições estruturais, acessibilidade, estacionamento, conforto, limpeza e organização do espaço físico de atendimento ao público.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 97%; Insatisfeito: 3%; Outros: 0,0%.



Figura 4 - Critério de Ambiente Físico

2.7.2.5 RESULTADOS CONSOLIDADOS – PERCENTUAIS GERAIS

Tabela 1 - Resultados dos critérios adotados

Critério	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito
Cordialidade	97%	0%	0%	3%
Agilidade	100%	0%	0%	0%
Qualidade	100%	0%	0%	0%
Ambiente Físico	97%	0%	0%	3%

2.7.2.6 ANÁLISE QUALITATIVA: COMENTÁRIOS DOS USUÁRIOS

Principais Elogios

- Atendimento cordial, humanizado e eficiente.
- Qualidade técnica dos serviços prestados.
- Organização e conforto das instalações físicas.
- Citação nominal de servidores como Glaudenes, Vanessa, Daniela e Cristiane.

2.7.2.7 PROVIDÊNCIAS AVALIADAS

Embora não tenha havido críticas e comentários negativos dos participantes no período, o Ipsemc implantou um serviço de prova de vida online, por meio do qual conseguimos também disponibilizar o Censo Previdenciário Online. Esse serviço é uma antiga aspiração de parte de nossos segurados.

2.7.2.8 SETORES ENVOLVIDOS NA PESQUISA

- **Setor de Processamento de Dados (SPD):** Responsável pela compilação, tabulação, sistematização e análise estatística dos dados, bem como pelo atendimento institucional em canais digitais (portal, redes sociais e sistema de mensagens). Atua na geração de planilhas, gráficos e relatórios de suporte à tomada de decisões.
- **Setor de Atendimento (Recepção e Protocolo):** Executa o atendimento presencial, telefônico e online, além da aplicação dos formulários impressos de satisfação. Também realiza o primeiro contato com os segurados por meio do WhatsApp institucional, sendo peça central na experiência direta do usuário.
- **Diretoria e Assessoria Jurídica:** Oferecem atendimento técnico especializado aos segurados, especialmente em demandas relativas a benefícios e direitos. São responsáveis por avaliar sugestões e manifestações direcionadas à área jurídica.
- **Setor de Ouvidoria:** Atua de forma proativa, analisando e correlacionando os dados da pesquisa com outras manifestações recebidas institucionalmente. Propõe ajustes, contata setores competentes, acompanha providências e consolida os resultados em relatórios internos e externos, assegurando transparência, escuta ativa e controle social.
- **Controle Interno** – Participa por meio do acompanhamento sistêmico da execução das atividades relacionadas à pesquisa, garantindo a conformidade dos processos com a legislação, com os princípios da administração pública e com os objetivos institucionais. Não atua na coleta ou análise direta dos dados, mas fiscaliza a regularidade, a legalidade e a efetividade das ações decorrentes da pesquisa.
- **Presidência do Ipsemc** – resumidamente, seu papel consiste em:
 - **Aprovar a realização da pesquisa e garantir sua continuidade como ferramenta oficial de escuta do usuário.**

- **Analisar os relatórios consolidados**, deliberando sobre providências e prioridades com base nos resultados apresentados.
- **Articular e cobrar providências junto às diretorias e setores envolvidos**, garantindo que as ações decorrentes da pesquisa estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da autarquia.
- **Viabilizar institucionalmente a execução de melhorias**, dentro dos limites legais e orçamentários, promovendo a cultura de aperfeiçoamento contínuo.
- **Assegurar transparência e responsabilização institucional**, autorizando a divulgação dos resultados ao público e reforçando o compromisso com a boa governança.

2.7.2.9 PRINCÍPIOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO Ipsemc

1. **Privacidade e Proteção de Dados:** Garantia de que todos os dados pessoais, mesmo que mínimos, serão tratados conforme a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, respeitando a confidencialidade e o uso responsável das informações.
2. **Anonimato do Participante:** A identidade do respondente **não é coletada nem associada às respostas**, protegendo-o de qualquer julgamento, constrangimento ou consequência negativa.
3. **Voluntariedade:** A participação deve ser **espontânea**, sem imposições, com liberdade para não responder ou deixar itens em branco.
4. **Transparência:** Deve ser claro o objetivo da pesquisa, a forma de uso dos dados, e os meios pelos quais os resultados serão divulgados ou utilizados.
5. **Finalidade Pública e Institucional:** A pesquisa deve ser usada **exclusivamente para aprimorar os serviços**, jamais para fins comerciais, promocionais ou pessoais.
6. **Utilidade e Aplicabilidade:** As informações coletadas devem gerar **insumos concretos para diagnóstico, melhoria contínua e tomada de decisão**.
7. **Acessibilidade:** O instrumento deve ser **compreensível e acessível a todos os públicos**, respeitando o nível de letramento, idioma e possíveis deficiências dos participantes.
8. **Responsabilidade Técnica:** Deve ser conduzida com rigor, zelo e ética pelos setores responsáveis, que devem garantir a **fidedignidade dos registros e a integridade dos resultados**.

Princípios para Publicação, Acompanhamento e Tomada de Decisões

1. **Transparência Institucional:** Os resultados devem ser **divulgados de forma clara, acessível e objetiva** à população, demonstrando o compromisso da instituição com a verdade e a melhoria dos serviços públicos.
2. **Prestação de Contas:** A instituição tem o dever de **informar à sociedade o que foi feito a partir dos dados coletados**, com base em critérios técnicos, legais e orçamentários.
3. **Planejamento Orientado por Evidências:** Os resultados devem servir como **base concreta para decisões estratégicas**, reformulações de processos e definição de prioridades de gestão.
4. **Compromisso com a Melhoria Contínua:** Todo retorno/resposta/manifestação de pensamento do usuário deve ser visto como **insumo valioso para aperfeiçoamento**, e não apenas como avaliação. Mesmo elogios devem ser analisados para identificar boas práticas replicáveis.
5. **Responsabilidade Compartilhada entre Setores:** A análise e execução das providências **não devem ficar restritas a um único setor**, mas envolver áreas técnicas, administrativas e decisórias da instituição.
6. **Viabilidade e Legalidade das Ações:** Antes da adoção de qualquer medida sugerida pela pesquisa, deve-se verificar sua **compatibilidade com a legislação vigente, as competências institucionais e a disponibilidade de recursos**.
7. **Registro e Monitoramento das Providências:** As sugestões e críticas devem ser **documentadas, acompanhadas e avaliadas periodicamente**, com indicadores de execução, prazos e responsáveis.
8. **Devolutiva*¹ aos Usuários:** Sempre que possível, deve-se **publicar o que foi feito ou está em andamento**, mesmo que a providência não seja imediata ou viável. Isso fortalece a confiança institucional. Esse procedimento é feito por meio da publicação dos relatórios e matérias referentes à pesquisa de satisfação.

Em suma, a pesquisa de satisfação do 2º semestre de 2025 demonstra a manutenção da confiança dos usuários nos serviços oferecidos pelo Ipsemc, destacando a excelência no atendimento e na qualidade dos serviços. As críticas e sugestões apresentadas serão consideradas com seriedade, dentro dos limites legais e orçamentários, para o contínuo aperfeiçoamento institucional.

2.8 Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é de extrema relevância para organizações de todos os tipos e tamanhos, pois oferece uma estrutura abrangente para definir metas, direcionar ações e alocar recursos de maneira eficaz a fim de alcançar os objetivos de longo prazo. Aqui estão algumas razões pelas quais o planejamento estratégico é tão importante:

Direcionamento claro: O planejamento estratégico ajuda a estabelecer uma visão clara do futuro desejado da organização, definindo objetivos específicos e identificando os caminhos necessários para alcançá-los. Isso ajuda a garantir que todos os membros da organização estejam trabalhando em direção a um objetivo comum.

Alinhamento organizacional:

Ao definir metas e estratégias, o planejamento estratégico garante que todas as partes da organização estejam alinhadas e trabalhando em harmonia. Isso evita conflitos internos e ajuda a maximizar a utilização dos recursos.

Alocação eficiente de recursos:

Com um plano estratégico em vigor, a alocação de recursos, como capital, mão de obra e tempo, torna-se mais focada e eficiente. Isso ajuda a evitar o desperdício de recursos em áreas que não estão alinhadas com os objetivos estratégicos.

Adaptação às mudanças:

O ambiente de negócios está em constante evolução, pois isto é o que vivenciamos em nosso mundo previdenciário a cada dia. Um plano estratégico bem elaborado inclui a consideração de cenários futuros e a preparação para possíveis mudanças no mercado, regulamentações ou tecnologias.

Tomada de decisões informadas:

Um planejamento estratégico fornece uma estrutura para a tomada de decisões. Os líderes podem avaliar se uma determinada ação ou iniciativa está de acordo com a visão e os objetivos da organização, ajudando a evitar decisões impulsivas ou desalinhadas.

Comunicação eficaz:

O planejamento estratégico facilita a comunicação dentro da organização, permitindo que todos os membros compreendam os objetivos e as estratégias em jogo. Isso ajuda a criar um senso de propósito compartilhado.

Monitoramento e avaliação:

O sucesso do planejamento estratégico pode ser medido ao longo do tempo, por meio de indicadores-chave de desempenho e metas predefinidas. Isso permite que a organização avalie sua progressão e faça ajustes conforme necessário.

Competitividade e inovação:

Ao definir estratégias para se destacar no mercado, as organizações podem focar em áreas de inovação e diferenciação. Isso ajuda a manter a competitividade e a se adaptar às mudanças nas preferências dos clientes e nas demandas do mercado.

Mobilização da equipe:

Um planejamento estratégico envolvente pode inspirar e motivar a equipe, fornecendo um sentido de propósito e direção. Os membros da organização são mais propensos a se engajar quando compreendem como seu trabalho contribui para os objetivos gerais.

Em resumo, o planejamento estratégico é um processo crucial que ajuda as organizações a estabelecer direções claras, tomar decisões informadas, otimizar o uso de recursos e adaptar-se ao ambiente em constante mudança. Ele desempenha um papel fundamental na definição do sucesso a longo prazo de uma organização.

Este segundo semestre 2025 foi extremamente desafiador tendo em vista os inúmeros eventos que surgiram com a finalização da obra do Ipsemc e rearrumação do ambiente interno. Vivenciamos dias repletos de desafios e isto tem exigido completa dedicação de nossa parte para andar atualizados, além da luta pelo aprimoramento das atividades de cada área em todas as dimensões, com a aplicação de treinamentos e capacitações dos colaboradores e assim ficar muito mais aderente ao que preconiza o Nível III do Pró-Gestão RPPS.

As mudanças continuam ativas pelos resultados obtidos:

- a) economia de papel,
- b) economia de energia, pois conseguimos implantar energia solar o que ensejou uma grandiosa economia.
- c) economia de espaço físico – desde que os processos deixaram de ser físicos e passaram a ser digitais;
- d) economia de tempo – a tecnologia faz com que sejamos mais rápidos;
- e) otimização dos processos uma vez que o caminho a ser percorrido por via digital é direto, ou seja, cada colaborador do processo sob sua responsabilidade acessa sua mesa, assume o processo e faz a sua parte;
- f) melhoria da governança em todos os sentidos, inclusive, até mesmo quando está à distância, uma vez que acessa sua mesa de onde está e executa sua operação no processo.

Sempre que preciso são elaboradas novas normas seja por meio de resoluções normativas ou portarias até que a governança atinja 100% de organização em todas as dimensões do IPSEMC. No primeiro semestre foram não foi necessário novas resoluções.

Todas essas normas convergem para a concretização do que foi planejado estrategicamente com muito esforço, dedicação e determinação da equipe previdenciária.

2.9 No âmbito da Gestão Atuarial

A Gestão Atuarial foi implantada no IPSEMC no mês janeiro de 2020 objetivando cumprir, dentro das possibilidades existentes, o que disciplina a Portaria Ministerial 464/2018.

Dentre as atividades de extrema relevância a avaliação atuarial vem sendo efetuada, pois se trata de uma ferramenta indispensável à sustentabilidade dos regimes próprios, normalmente e, conforme legislação pertinente, uma vez ao ano realiza-se esse estudo técnico através do qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos

benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população coberta pelo Plano, aí inclusos, a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperado para os investimentos, entre outros.

A cada novo exercício vem se promovendo a avaliação atuarial anual, avaliações outras e consequente acompanhamento para manter o controle por meio de estudos e análises dirigidas até que haja, em futuro próximo, o desaparecimento desse evento e se possa proclamar em alto e bom som o equilíbrio financeiro e atuarial.

Outras atividades relevantes da gestão atuarial no exercício de 2025:

- I- Elaboração da Avaliação Atuarial Exercício 2025 – Ano Base 2024;
- II- Participação efetiva junto à Presidência na Audiência Pública - 2025 – sobre questões da gestão atuarial;
- III- Elaboração dos slides para prestação de contas na Audiência Pública;
- IV- Relatórios periódicos da Gestão Atuarial (aí inclusos: o percentual de invalidez; o percentual de participantes; o demonstrativo atuarial – DRA; a nota técnica atuarial do plano – em sendo necessária; a Evolução das Provisões Matemáticas).- <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx>;
- V- Estudos e pesquisas para subsidiar a gestão de Investimentos;
- VI- Reavaliação atuarial para fins de estabelecimento de novo plano de amortização do déficit atuarial, elaboração do projeto de lei para o Executivo;
- VII- Participação em reunião com os Conselhos Municipais visando dirimir dúvidas atuárias;
- VIII- Participação nas salas atendimentos do Ministério / SPREV para fins de entendimento e ajustes quanto ao envio de legislação, DRAA, dados estatísticos, entre outros;
- IX- Participação efetiva em reuniões com o ente federativo para fins de soluções de problemas atuariais previdenciários;
- X- Em elaboração do Relatório de Aderência (aí incluso: comportamento demográfico, tábua biométrica, taxa mínima atuarial);
- XI- Participação em discussões sobre concessão de benefícios;
- XII- Participações como palestrante (sem ônus) em eventos da ASPREVPB;
- XIII- Participações como palestrante (sem ônus) em eventos da Municipais;
- XIV- Elaboração do Relatório Anual de Investimentos;
- XV- Participação em elaboração de projetos de leis para subsidiar o ente federativo no que diz respeito ao RPPS;
- XVI- Entre outros assuntos que são exigidos necessariamente.

2.10 Código de Ética do IPSEMC

O IPSEMC já possui este documento relevante desde muito tempo sendo necessário de vez em quando uma atualização. O código está disposto para todos os servidores como também disponibilizado no Portal da Autarquia [www.ipsemc.pb.gov.br](http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx) no link <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx>. Vale ressaltar que foi realizado um treinamento e capacitação sobre o Código de Ética com todos os servidores visando um melhor entendimento quanto ao ambiente de negócio previdenciário.

2.11 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor

A partir do exercício de 2018 a Prefeitura Municipal de Cabedelo criou o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT vinculado à Secretaria de Administração com a finalidade de promover de forma contínua a saúde e proteger a integridade do servidor no local de trabalho.

Esse serviço que consideramos de enorme relevância é composto por uma Equipe Multiprofissional sendo eles Médico do trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico de Enfermagem do Trabalho vem desenvolvendo atividades excepcionais das quais destacamos:

- I- Ações preparatórias de saúde do servidor com palestras, eventos promocionais de saúde, encontros temáticos, exercícios, entre outros;
- II- Registro de absenteísmo para controle administrativo;
- III- Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- IV- Elaboração do Programa de Controle de Saúde e Medicina Ocupacional – PCSMO;
- V- Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT;
- VI- Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
- VII- Atestados de Saúde Ocupacional – ASO’S (Admissional, Periódico, de Mudança de Função, de Retorno ao Trabalho e Demissional);
- VIII- Laudo das Condições de Insalubridade;
- IX- Entre outros de sua responsabilidade.

Este Serviço vem funcionando a contento, pois já obtivemos retorno em processos de aposentadoria especiais cuja modalidade exige a aplicação de regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS com elaboração de LTCA e PPP, também já ocorreram eventos sobre saúde do servidor abrangendo alguns temas em diversos setores dentre eles citamos a Secretaria de Administração e IPSEMC, conforme Relatório do SESMT entregue à Auditoria do Pró-Gestão RPPS por ocasião da auditoria de supervisão do Pró-Gestão RPPS .

Contar com o SESMT é de importância fundamental para adotar medidas efetivas de proteção aos servidores, pois é o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho que reúne profissionais qualificados na aplicação de rotinas de saúde e segurança do trabalho (SST), visando a prevenção da saúde ocupacional e melhor qualidade de vida no trabalho. Ainda incompreendido por muitos o SESMT é de suma importância nas organizações que se presam e, sobretudo, porque ao realizar essas e outras ações cumprem critérios tanto do e-Social como do Pró-Gestão RPPS!

2.12 Política Anual de Investimentos

A Política Anual de Investimentos – PAI/2025 está sendo cumprida, foi elaborada pelo Comitê de Investimentos e Presidência do IPSEMC submetida ao Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV que analisou e aprovou em reunião ocorrida no dia 10 de dezembro de 2024 conforme registro em Atas do mesmo dia.

Os estudos, pesquisas e debates inerentes à Política Anual de Investimentos para o Exercício de 2026, foram efetivados no tempo recorde, resultando na aprovação conforme registro na ata da Oitava Reunião Extraordinária do Condprev, ocorrida no dia 15 de dezembro de 2025.

A política anual de investimentos desempenha um papel fundamental para organizações e indivíduos que buscam otimizar suas decisões financeiras e maximizar os retornos dos investimentos. Ela se refere a um plano estratégico que estabelece as diretrizes, metas e alocações de recursos financeiros para investimentos ao longo de um período de um ano. Aqui estão algumas das razões pelas quais a política anual de investimentos é importante:

Otimização dos recursos financeiros:

A política anual de investimentos ajuda a alocar recursos financeiros de forma eficiente e eficaz. Ela define como os recursos serão distribuídos entre diferentes tipos de investimentos, como ações, títulos, imóveis e outros ativos. Isso evita desperdícios e garante que o dinheiro seja direcionado para oportunidades que tenham o potencial de gerar retornos positivos.

Redução de riscos:

Ao estabelecer critérios claros para a diversificação dos investimentos, a política anual de investimentos ajuda a reduzir os riscos associados a flutuações nos mercados financeiros. A diversificação permite que os investidores minimizem o impacto de perdas em um determinado setor ou ativo, aumentando a segurança geral da carteira de investimentos.

Consistência e disciplina:

Ter uma política anual de investimentos ajuda a manter a consistência e a disciplina nas decisões financeiras. Ela orienta os investidores a aderirem a um plano predefinido, evitando a tentação de tomar decisões impulsivas baseadas em movimentos de curto prazo nos mercados.

Metas claras:

A política de investimentos anual define metas financeiras realistas e mensuráveis para o período de um ano. Isso fornece um quadro claro para avaliar o desempenho dos investimentos ao longo do tempo e ajustar as estratégias, se necessário, para atingir os objetivos estabelecidos.

Transparência e comunicação:

Uma política anual de investimentos também promove a transparência e a comunicação entre partes interessadas, como investidores institucionais, fundos de investimento, conselhos deliberativos e outros. Isso ajuda a criar confiança e a manter todos os envolvidos informados sobre as estratégias e os resultados dos investimentos.

Adaptação às mudanças:

Embora seja uma política anual, ela não precisa ser rígida e imutável. Ela deve ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas condições econômicas e de mercado. Isso permite ajustes na forma legal conforme novas informações e tendências emergem ao longo do ano.

Base para avaliação de desempenho:

A política anual de investimentos serve como uma base sólida para avaliar o desempenho dos investimentos ao longo do ano. Comparando os resultados reais com as metas estabelecidas, é possível identificar o sucesso das estratégias adotadas e fazer ajustes para melhorar os resultados futuros.

Em resumo, a política anual de investimentos é uma ferramenta crucial para orientar decisões financeiras inteligentes, reduzir riscos, alcançar metas financeiras e manter a disciplina em relação aos investimentos ao longo do tempo. Ela proporciona um quadro estruturado para tomar decisões informadas e consistentes, considerando tanto as oportunidades quanto os riscos do mercado financeiro. A PAI representa uma formalidade legal que fundamenta todos os processos de tomada de decisões relativos aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, sendo também um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro. Para cumprimento das determinações legais pertinentes:

- I- O IPSEMC elaborou e executa o que determina a PAI;
- II- Administra a Carteira de Investimentos como determina a PAI;
- III- Registro de absenteísmo para controle administrativo;
- IV- Obedece aos Regulamentos do Mercado de Capitais e do Sistema Financeiro na forma legal definida previdenciariamente;
- V- Obedece ao que determina Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN;
- VI- Obedece as Recomendações da SPREV/MPS;
- VII- Foi elaborada e publicada a Política Anual de Investimentos – PAI/2026.

2.13 Comitê de Investimentos / Área de Investimentos

Um comitê de investimentos desempenha um papel crucial na gestão e tomada de decisões relacionadas aos investimentos de uma organização, seja ela uma empresa, fundo de investimento, instituição de caridade ou fundo de pensão. A importância desse comitê reside em vários aspectos:

Tomada de Decisões Informadas:

Um comitê de investimentos reúne indivíduos com experiência e conhecimento em áreas como finanças, economia e investimentos. Eles analisam cuidadosamente as opções de investimento, consideram as tendências do mercado, avaliam os riscos e retornos potenciais e tomam decisões informadas e fundamentadas.

Gestão de Riscos:

Investimentos estão sempre associados a riscos. Um comitê de investimentos ajuda a identificar, avaliar e mitigar esses riscos. Eles podem diversificar a carteira de investimentos para reduzir a exposição a riscos específicos, além de definir estratégias de gerenciamento de riscos em diferentes cenários econômicos.

Objetivos de Investimento:

O comitê de investimentos trabalha para alinhar os investimentos aos objetivos da organização. Isso pode envolver a busca de crescimento de capital, geração de renda, preservação de capital ou uma combinação de diferentes objetivos, dependendo das metas financeiras da organização.

Transparência e Responsabilidade:

O comitê de investimentos opera de maneira transparente e responsável. Eles documentam suas decisões, estratégias e justificativas por trás de cada movimento, o que não apenas mantém os membros responsáveis, mas também permite uma auditoria posterior das decisões tomadas.

Monitoramento Contínuo:

Investir é um processo contínuo. Um comitê de investimentos não apenas toma decisões iniciais, mas também monitora o desempenho dos investimentos ao longo do tempo. Se necessário, eles podem fazer ajustes na carteira de investimentos para se adaptarem a mudanças nas condições do mercado ou nas metas da organização.

Gestão Profissional:

Mesmo que a organização tenha pessoal interno com experiência em investimentos, um comitê de investimentos pode trazer uma perspectiva externa e uma expertise adicional. Isso ajuda a evitar a tendência de pensamento de grupo e a introduzir ideias frescas na estratégia de investimento.

Compliance e Regulamentações:

Um comitê de investimentos garante que todas as decisões de investimento estejam em conformidade com as regulamentações financeiras e as políticas internas da organização. Isso ajuda a evitar problemas legais ou regulatórios que possam surgir de decisões inadequadas ou não conformes.

Em resumo, um comitê de investimentos é essencial para garantir que os recursos financeiros de uma organização sejam gerenciados de forma eficaz, eficiente e alinhada com seus objetivos e valores. Através de uma abordagem colaborativa e baseada em conhecimento, o comitê busca otimizar o desempenho da carteira de investimentos enquanto gerencia os riscos associados.

O Comitê de Investimentos - COI é o órgão independente de caráter auxiliar e consultivo que tem por finalidade sugerir, aconselhar e aprovar as políticas de aplicações e/ou resgates ou ainda remanejamento da carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores de Cabedelo – IPSEMC tendo como referência a Política Anual de Investimentos previamente aprovada pelo Conselho Administrativo e Fiscal.

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 23/2016, de 03 de junho de 2016, que altera o Decreto nº 31-A/2012, que reforma o Comitê de Investimentos e determina sobre seu regulamento interno e disciplina a hierarquia funcional das decisões de investimentos bem como o que determina a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 – DOU de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados e Municípios como também à vista das disposições contidas nas Portarias 170, de 25 de abril de 2012 e 440, de 09 de outubro de 2013 ambas do Ministério da Previdência Social e na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 expedida pelo Conselho Monetário Nacional e o disposto na Portaria SEPRT/ME nº 9.907, DE 14 DE ABRIL DE 2020, que normatiza sobre a qualificação dos membros do COI, o qual é Composto por 06 (seis) membros que atuam colaborando com:

- I- Relacionamento e Credenciamento as instituições financeiras;
- II- Gestão da carteira de investimentos;
- III- Fiscalizando e atuando as estratégias de negócios / alocação utilizadas pela gestão para promover a governança dos investimentos visto que se destinam à concessão e manutenção de benefícios;
- IV- Fiscalizando e atuando nas estratégias de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades;
- V- Fiscalizando e atuando no desempenho dos investimentos para facilitar as tomadas de decisões;
- VI- Composição dos investimentos;

- VII- Receita de investimentos;
- VIII- Rentabilidade;
- IX- Índices / Benchmark;
- X- Deliberações do Comitê de Investimentos – COI;
- XI- Pareceres emitidos;
- XII- Recomendações dos Conselhos Previdenciários;
- XIII- Resgastes das aplicações;
- XIV- Estudo de ALM / Solvência;
- XV- Entre outros que quiser abordar.

Todos esses assuntos estão disponibilizados no Portal do IPSEMC www.ipsemc.pb.gov.br

2.14 Transparência

A transparência é um princípio fundamental para o funcionamento saudável e eficaz de uma organização, independentemente de ser uma empresa, uma instituição governamental, uma ONG ou qualquer outro tipo de entidade. Ela se refere à prática de compartilhar informações relevantes de forma aberta e acessível para todas as partes interessadas, incluindo funcionários, clientes, investidores, parceiros, comunidade e público em geral. A importância da transparência em uma organização é multifacetada e abrange diversos aspectos:

- a) *Credibilidade e Confiança*: A transparência é fundamental para construir e manter a confiança das partes interessadas. Quando uma organização é aberta sobre suas operações, decisões e desafios, ela demonstra honestidade e integridade, o que contribui para uma reputação positiva.
- b) *Tomada de Decisão Informada*: A transparência fornece informações claras e precisas sobre os processos decisórios e estratégicos da organização. Isso permite que funcionários, clientes e investidores compreendam as razões por trás das decisões e avaliem se estão alinhadas com os valores e objetivos da organização.
- c) *Engajamento dos Funcionários*: A transparência cria um ambiente no qual os funcionários se sentem mais valorizados e envolvidos. Quando eles têm acesso a informações sobre a direção da empresa, metas e desafios, eles podem se sentir mais conectados e motivados a contribuir positivamente.
- d) *Inovação e Melhoria Contínua*: A abertura na comunicação permite que ideias fluam mais livremente dentro da organização. Funcionários são mais propensos a compartilhar insights, sugestões e feedback quando percebem que sua contribuição é valorizada e que a liderança está disposta a ouvi-los.
- e) *Responsabilidade e Responsabilização*: A transparência ajuda a evitar práticas não éticas ou ilegais, uma vez que há uma prestação de contas perante várias partes interessadas. Isso incentiva a liderança e os funcionários a agirem de maneira responsável e ética.
- f) *Relações com Investidores e Clientes*: A transparência é crucial para manter investidores informados sobre o desempenho financeiro e estratégico da organização. Da mesma forma, os clientes confiam mais em empresas que compartilham informações relevantes sobre seus produtos, serviços e práticas comerciais.

- g) *Gestão de Crises*: Quando uma organização é transparente, ela está melhor preparada para enfrentar crises de forma eficaz. A comunicação aberta e honesta durante momentos difíceis ajuda a manter a confiança das partes interessadas e a limitar danos à reputação.
- h) *Conformidade Regulatória*: Em muitos setores, a transparência é uma exigência legal. Organizações que cumprem regulamentações e requisitos de divulgação podem evitar penalidades legais e outras consequências negativas.

Em resumo, a transparência é um alicerce essencial para a governança corporativa eficaz, a confiança das partes interessadas e o sucesso sustentável a longo prazo de qualquer organização. Ela promove um ambiente de colaboração, inovação e responsabilidade, permitindo que a organização cresça de maneira saudável e mantenha relacionamentos positivos com todos os envolvidos.

Como delineou o Manual do Pró-Gestão RPPS, “a transparência cria meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas além daquelas impostas por leis ou regulamentos. A transparência proporciona confiança tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

A transparência também ocasiona um estado de Equidade, ou seja, um tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados: servidores ativos, aposentados, pensionistas, o ente federativo, agentes internos ou externos, servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, órgãos de supervisão, orientação e supervisão bem como a sociedade em geral com os quais o RPPS cumpre rigorosamente os passos deste relacionamento.

A transparência acarreta a visualização da prestação de contas, ou seja, os agentes de governança: administradores, gestores, conselheiros tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões. Com esses mecanismos a organização possibilita que todos os envolvidos no sistema previdenciário mantenham esta rotina em suas atividades administrativas relacionadas a seus controladores ou representados.

A transparência também mostra a responsabilidade corporativa, ou seja, o zelo com os recursos do RPPS, com o objetivo de serem alocados segundo a legislação que rege a matéria e para os fins a que se destina: pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras, como bem dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS.

Como mostrado nos relatórios anteriores, tudo se encontra disponibilizado no Portal do IPSEMC, por exemplo:

I- Normas e/ou documentos corporativos:

ITEM /AÇÃO 4 - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO (Seção 3.1.4 pág. 23 do Manual)

Relatórios de Controle Interno estão publicados no Menu: Institucional, no Link:
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx>

ITEM /AÇÕES 7 - RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Seção 3.2.1 – pág. 30 do Manual)

Publicados no MENU: Institucional, no Link:

- a) Anual no Link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx>
- b) Semestral no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestaosemestral.aspx>

ITEM / AÇÃO 8 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (SEÇÃO 3.2.2 – pág. 31 do Manual)

Publicado no Menu: Institucional, no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx>

ITEM /AÇÃO 9 - RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL (Seção 3.2.3 – pág. 32 do Manual)

Publicado no Menu: Institucional, no link:
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx>

ITEM /AÇÃO 10 - CÓDIGO DE ÉTICA (Seção 3.2.4– pág. 32 do Manual)

Publicado no Menu Institucional, no link:
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx>

ITEM /AÇÃO 12 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (Seção 3.2.6– pág. 34 do Manual)

Publicada no Menu: Investimentos > Política de Investimentos
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx

ITEM /AÇÃO 14 TRANSPARÊNCIA (Seção 3.2.8– pág. 37 do Manual)

ITENS / AÇÕES EXIGIDAS	PUBLICADOS NO LINK
a) Regimento Interno do CONDPREV e do CONFIPREV e Atas dos Órgãos colegiados: CONDPREV E COND-PREV	MENU: Conselhos > CONDPREV / MENU: Conselhos > CONFIPREV Regimento Interno - CONDPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/bdcamprev.aspx Link direto: http://www.ipsemc.pb.gov.br/gestao/camprevRegimento.pdf - CONFIPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/bdconfiprev.aspx Link direto: http://www.ipsemc.pb.gov.br/gestao/confiprevRegimento.pdf Atas: - CONDPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev.aspx - CONFIPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev.aspx Em ambos o ano deve ser escolhido no menu de opções)

b) Certidões Negativas de Tributos: Certidões de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS	MENU: Institucional > Certidões Negativas http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/certidoes.aspx
c) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e Link para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na internet ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no ar 241, III, IV e V da Portaria nº 1.467/2022. Link para acesso ao CAD-PREV	Menu Institucional > CRP http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx Link direto para o arquivo do CRP de Cabedelo no sistema CADPREV do Governo Federal: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=218926 Link para acesso <i>público geral</i> ao CADPREV: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml
d) Relatório de Governança Semestral e Anual	- Relatório de Governança Semestral MENU: Relatório de Gestão > Relatório de Gestão http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx Deve ser selecionado o exercício - Relatório de Governança Anual MENU: Relatório de Gestão > Relatório de Governança http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestaosemestral.aspx
e) Cronograma das ações de educação previdenciárias	MENU: Institucional > Cronograma de Ações: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx
f) Cronograma de reuniões dos Conselhos: CONDPREV CONFIPREV Comitê de Investimentos	1. MENU: Conselhos > CONDPREV / 2. MENU: Conselhos > CONFIPREV e / 3. MENU: COI - CONDPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_calendario.aspx -CONFIPREV: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev_calendario.aspx COI (Comitê de Investimentos) http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_calendario.aspx
g) Código de Ética	MENU: Institucional > Código de Ética http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx

h) Demonstrações financeiras e contábeis: a divulgação das demonstrações deverá ser realizada por meio da internet. (Portal Transparência)	<p>MENU: Serviços > Portal da Transparência https://portal.datransparencia.publicsoft.com.br/sistemas/ContabilidadePublica/views/</p> <p>(o link acima abre site externo ao portal do IPSEMC. Os Demonstrativos estão no campo Demonstrativos Contábeis)</p>
i) Avaliação Atuarial Anual	<p>MENU: Relatório de Gestão > Relatório de Avaliação Atuarial http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/draa.aspx</p>
j) Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos administrativos.	<p>MENU: 1. Relatórios de Gestão > Relatório de Controle Interno; 2. Relatórios de Gestão > Relatórios de Gestão; 3. Relatórios de Gestão > Relatórios de Contratos</p> <p>http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriocontratos.aspx</p>
k) Relatório de Avaliação do Passivo Judicial	<p>MENU: Relatório de Gestão > Relatório de Passivo Judicial http://www.ipmc.pb.gov.br/pg16/relatoriopassivo.aspxse</p>
l) Planejamento Estratégico	<p>MENU: Relatório de Gestão > Planejamento Estratégico http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx</p>
m) Política de Investimentos	<p>Publicada no Menu: Investimentos > Política de Investimentos http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx</p>
n) Políticas e relatórios de Controle Interno	<p>Relatórios - MENU: Relatório de Gestão > Relatório de Controle Interno Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx Obs.: deve ser selecionado o exercício desejado</p> <p>Políticas (Manual de Controle Interno) – MENU: Publicações > Manuais Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/manuais.aspx Selecionar nas opções Controle Interno Link direto para o documento: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/manuais/controleinterno.pdf</p>
o) Relação de Entidades escolhidas para receber investimentos	<p>MENU: Investimentos > Laudo de Credenciamento Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx</p>
p) Relatórios mensais e anuais de Investimentos	<p>Relatório Mensal MENU: 1. Investimentos > Demonstrativo de Investimentos Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_demonstrativo.aspx MENU: 2. Investimentos > Relatório de Acompanhamento Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx</p>

	Relatório Trimestral: MENU: Investimentos > Relatório Analítico Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimento.aspx Relatório Anual: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/investimentoAcomp_43.pdf
q) Acórdão das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS	MENU: Relatórios de Gestão > Prestação de Contas (TCE) Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/tce.aspx
ITEM /AÇÃO 17 OUVIDORIA (Seção 3.2.11– pág. 34 do Manual) MENU: Contato > Ouvidoria link http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ouvidoria.aspx	
ITEM /AÇÃO 23 PLANO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO (Seção 3.3.1 – pág. 38 do Manual) MENU: 1. Carta de Serviços > PPA; 2. Carta de Serviços > PEP; 3. Institucional > Cronograma de Ações; Links: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ppa.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/ http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/noticias.aspx?id=210 Sugestões: Colocar estas abreviações por extenso no MENU. PPA – Programa de Preparação para Aposentadoria PEP – Programa de Educação Previdenciária Criar um índice de notícias, em que se clica e as notícias vão aparecendo por data.	
ITEM / AÇÃO 23 AÇÕES DE DIÁLOGO COM OS SEGURADOS E A SOCIEDADE Seção 3.3.1 – pág. 38 do Manual) Links: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/noticias.aspx?id=209 http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ppa.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/ http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/noticias.aspx?id=210 http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestaosemestral.aspx	

Mediante essa temática, reafirmamos que tudo se encontra disponibilizado no Portal do IPSEMC, nos menus com normas e documentos corporativos a seguir especificados:

❖ Menu: **INSTITUCIONAL**

a) IPSEMC (Missão, Visão e Valores)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ipsemc.aspx>

b) Código de Ética

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx>

- c) Cronograma de Ação do IPSEMC
- d) <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx>
- e) Histórico
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/historico.aspx>
- f) Organograma
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/organograma.aspx>
- g) Termos de Uso
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/termos.aspx>
- h) Política de Privacidade
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/politica.aspx>
- i) CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx>
- j) CADPREV (DIPR)
<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>
- k) CADPREV (DAIR)
<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>
- l) CADPREV (DPIN)
<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>
- m) Certidões Negativas
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/certidoes.aspx>

❖ Menu: **RELATÓRIOS DE GESTÃO**

- a) Relatório de Gestão Atuarial
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx>
- b) Relatório de Avaliação Atuarial
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/draa.aspx>
- c) Relatório de Hipóteses
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relhipoteses.aspx>
- d) Relatório de Gestão
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx>
- e) Relatório de Governança
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestaosemestral.aspx>
- f) Relatório: Controle Interno
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx>
- g) Relatório de Ouvidoria
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatouvidoria.aspx>
- h) Relatório do Passivo Judicial
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriopassivo.aspx>
- i) Relatório: CONDPREV
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriocamprev.aspx>
- j) Relatório: CONFIPREV
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioconfiprev.aspx>
- k) Relatório de Contratos
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriocontratos.aspx>

- l) Planejamento Estratégico
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx>
- m) Prestação de Contas (TCE)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/tce.aspx>
- n) Plano de Capacitação
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planocapacitacao.aspx>

❖ Menu: **CARTA DE SERVIÇOS**

- a) Aposentadoria
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartaservico_aposentadoria.aspx
- b) Pensão
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartaservico_pensao.aspx
- c) Certidões
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartaservico_certidoes.aspx
- d) Quitação de Verbas
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartaservico_quitacao.aspx
- e) Outros Serviços
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartaservico_outros.aspx
- f) Guia de Benefícios
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/guiabeneficios.aspx>
- g) Cartilha Previdenciária
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx>
- h) PPA (Programa de preparação para Aposentadoria)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ppa.aspx>
- i) PPE (Programa de Educação Previdenciária)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/>

❖ Menu: **INVESTIMENTOS**

- a) APRs (Autorização de Aplicação e Resgate)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx>
- b) Atas do COI (Comitê de Investimentos)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx>
- c) COI – Calendário de Reuniões
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_calendario.aspx
- d) Credenciamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/credenciamento.aspx>
- e) Demonstrativo de Investimentos
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_demonstrativo.aspx
- f) Organograma (COI)
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_organograma.aspx

- g) Edital de Credenciamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/editalcredenciamento.aspx>
- h) Laudo de Credenciamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/editalcredenciamento.aspx>
- i) Laudo de Credenciamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx>
- j) Política de Investimentos
http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx
- k) Relatório Analítico
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimento.aspx>
- l) Relatório de Acompanhamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx>
- m) Relatório de Solvência
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/solvencia.aspx>

❖ Menu: **SERVIÇOS**

- a) Portal de Transparência
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/transparencia.aspx>
- b) Calendário de Pagamento
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/calendariopagamento.aspx>
- c) Contracheque
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
- d) Informe de Rendimentos
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
- e) Consulta a Processo Digital
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/processodigital.aspx>
- f) Extrato Previdenciário
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
- g) Legislação
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx>
- h) Previpsemc
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx>
- i) Consulta a CTC (Certidão de Tempo de Contribuição)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ctc.aspx>

❖ Menu: **PUBLICAÇÕES**

- a) APRs (Autorizações de Aplicação e Resgate)
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx>
- b) Manuais
<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/manuais.aspx>

c) Audiência Pública

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/manuais.aspx>

d) Legislação

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx>

e) Periódico Oficial do IPSEMC (POI)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/poi.aspx>

f) Previpsemc

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx>

❖ Menu: **CONSELHOS**

a) Diretoria Executiva (Atas)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/bddiretoriaexecutiva.aspx>

b) CONFIPREV (Conselho Fiscal Municipal de Previdência – Organograma, Regimento Interno, Calendário de Reuniões, Relatórios, Atas, Plano de trabalho 2023)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/bdconfiprev.aspx>

c) CONDPREV (Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - Organograma, Regimento Interno, Calendário de Reuniões, Relatórios, Atas, Plano de trabalho 2023)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/bdcamprev.aspx>

❖ Menu: **CONTATOS**

a) Todos os e-mails (Responsáveis por prestar informações aos cidadãos e usuários)

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contato.aspx>

❖ Menu: **OUIDORIA**

a) Ouvidoria

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ouvidoria.aspx>

❖ Menu: **PESQUISA DE SATISFAÇÃO**

a) Pesquisa de Satisfação

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScA9RMMyHJbhXqxNkiNA0l5c6OzHGD7M6ZjHzs99_Vwmh8g0gA/viewform

❖ **Links do Rodapé do PORTAL DO IPSEMC**

a) Certificado do Pró Gestão Nível III

http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/CABEDELLO_PROGESTAO.pdf

b) Censo Cadastral Anual Obrigatório

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/censo.aspx>

c) Redes Sociais

- Facebook: <http://facebook.com/ipsemc>
- Instagram: <https://www.instagram.com/ipsemc/>
- Youtube: <http://youtube.com/ipsemc>
- Canal do WhatsApp para usuários e cidadãos:
<https://api.whatsapp.com/send?phone=558332281434>

- II- Outro Canal de Transparência é o TCE-PB que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.
- III- Outro Canal de Transparência é o Ministério do Trabalho e Previdência / Secretaria Especial de Previdência também que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.
- IV- Resumo: Tudo está à disposição dos segurados:
 - a) Lei de Criação do IPSEMC;
 - b) Acórdãos do TCE-PB;
 - c) Leis federais que regem RPPS;
 - d) Lei Previdenciária Municipal;
 - e) Atas dos colegiados;
 - f) Código de Ética;
 - g) Os regimentos internos;
 - h) O Planejamento Estratégico;
 - i) Portarias Ministeriais;
 - j) Práticas contábeis;
 - k) Tudo está disponibilizado no Portal da Autarquia;
 - l) Outros que possam existir no âmbito da entidade.

2.15 Definição de Limites de Alçada

A Resolução Normativa RN nº 01/2021 – atualizou em 2021 as atribuições e competências dos cargos comissionados e funções gratificadas bem como estabeleceu a política de alçada decisória no âmbito do IPSEMC, constituindo os limites de alçada nos pilares e dimensões necessárias. Todos estes aspectos já vinham normatizados anteriormente, mas sempre que há necessidades legais de reavaliação desse documento é feita a devida atualização para adaptá-la a mudanças ou alterações legais que sejam pertinentes.

2.16 Segregação de Atividades

A Resolução Normativa RN n 01/2021 – atualizou em 2021 as atribuições e competências dos cargos comissionados e funções gratificadas e estabelece a política de segregação de atividades no âmbito do IPSEMC constituindo a separação das atividades nos pilares / dimensões necessárias. Todos estes aspectos já vinham normatizados anteriormente, mas sempre que há necessidades legais de reavaliação desse documento é feita a devida atualização para adaptá-la a mudanças ou alterações legais que sejam pertinentes.

2.17 Ouvidoria

A Ouvidoria é atuante, certificada e executa suas atividades sob a regência da Política / Manual de Gestão da Ouvidoria do IPSEMC cumprindo com o seu objetivo geral de aprimorar o processo de comunicação existente entre o IPSEMC e o cidadão buscando sempre fortalecer o exercício da cidadania e promover a melhoria contínua dos serviços realizados pela Administração Previdenciária Municipal.

2.18 Diretoria Executiva – DE

Como dito no relatório anterior, formada pela Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023, agregando a Presidência e diretorias já existentes no IPSEMC sem nenhum acréscimo de despesa e atua nos processos normativos e compliance da organização no sentido de:

- I- Promover a gestão do regime próprio de previdência social do Município de Cabedelo;
- II- Definir metas e planejar meios para a gestão administrativa e financeira deste regime próprio de previdência social, inclusive acerca do seu orçamento anual e plurianual, e quando necessário submeter aos respectivos Conselhos;
- III- Deliberar sobre a expedição e conteúdo das normas reguladoras das atividades administrativas deste regime próprio de previdência social;
- IV- Cumprir e fazer cumprir as deliberações, quando for o caso, as deliberações do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV, a legislação municipal e as normas gerais de previdência;
- V- Decidir, em nível recursal, sobre os requerimentos de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários;
- VI- Supervisionar o recolhimento das contribuições previdenciárias e, quando necessário, adotar as medidas de sua revisão ou cobrança;
- VII- Promover a condução dos investimentos das reservas garantidoras dos benefícios deste regime próprio de previdência social, observada a política e as diretrizes definidas pelo Comitê de Investimentos - COI e devidamente homologadas pelo Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV;
- VIII- Autorizar a realização de despesas extraordinárias.

A formação da diretoria tem propiciado melhor atendimento aos normativos que regem a previdência própria como também o cumprimento das atividades legais e próprias, assim como os relatórios de auditorias internas e/ou externas, melhor controle de certidões negativas de débitos, controle e avaliação das deliberações registradas em atas (Conselho Administrativo ou da Diretoria Executiva, controle de compras e aquisições (contratos), calendário de reuniões dos órgãos da entidade, atos e documentos constitutivos, entre outros assuntos importantes nos processos organizacionais como também na solução de problemas sobre os quais tenha que deliberar.

2.19 Conselhos Deliberativo - CONDPREV e Fiscal – CONFIPREV Municipal de Previdência

Os Conselhos Deliberativo e Fiscal Municipal de Previdência / CONDPREV e CONFIPREV instituídos pelos artigos 25 e 26 da Lei Municipal nº 1.412/08, de 22 de agosto de 2008, com as alterações da Lei 1.709/14, de 18 de junho de 2014 e da Lei 2.045, de 30 de dezembro de 2019, alterados com o advento da Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023, e, por último alteradas pelo advento da Lei Municipal nº 2.510/2025, de 25 de junho de 2025, são órgãos superiores consultivos, deliberativos e fiscalizadores do IPSEMC.

2.19.1 Importância de um Conselho Deliberativo

Um Conselho Deliberativo desempenha um papel fundamental em organizações, empresas, instituições e até mesmo em governos, dependendo do contexto em que é aplicado. A importância de um Conselho Deliberativo reside em sua capacidade de fornecer orientação estratégica, tomar decisões importantes e garantir a representação de diversas perspectivas e interesses. Aqui estão alguns dos principais motivos pelos quais um Conselho Deliberativo é considerado importante:

Tomada de Decisões Estratégicas:

O Conselho Deliberativo é responsável por tomar decisões estratégicas de longo prazo que afetam a direção e o objetivo da organização. Essas decisões podem incluir questões financeiras, de expansão, de investimento, de aquisição, entre outras. A diversidade de conhecimento e experiência dos membros do conselho pode ajudar a tomar decisões mais informadas.

Governança e Supervisão:

O Conselho Deliberativo supervisiona as operações da organização para garantir que elas estejam alinhadas aos objetivos e valores estabelecidos. Isso ajuda a prevenir práticas inadequadas, desvios éticos e outras questões de governança.

Representação de Stakeholders:

O conselho muitas vezes inclui membros que representam diferentes partes interessadas, como acionistas, clientes, funcionários e a comunidade em geral. Isso ajuda a garantir que as decisões tomadas considerem uma ampla gama de perspectivas e interesses, resultando em escolhas mais equilibradas.

Expertise Diversificada:

Os membros do Conselho Deliberativo geralmente têm experiências e conhecimentos variados em diferentes áreas, como finanças, marketing, operações, jurídico, etc. Essa diversidade de expertise permite que o conselho ofereça insights valiosos em várias áreas de atividade da organização.

Aconselhamento e Orientação:

Além de tomar decisões, o Conselho Deliberativo fornece aconselhamento e orientação à administração executiva. Isso ajuda os líderes da organização a tomar decisões informadas, considerando várias perspectivas e mitigando riscos potenciais.

Responsabilidade e Transparência:

A existência de um Conselho Deliberativo aumenta a responsabilidade e a transparência nas operações da organização. O conselho pode exigir relatórios regulares da administração executiva, garantindo que a organização seja gerenciada de forma eficaz e ética.

Tomada de Decisões Imparciais:

O Conselho Deliberativo tende a tomar decisões com base em fatos e informações, em vez de influências políticas ou emocionais. Isso ajuda a evitar decisões precipitadas e parciais que possam prejudicar a organização.

Em resumo, um Conselho Deliberativo desempenha um papel crucial na governança, orientação estratégica e tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos organizacionais. Sua diversidade, expertise e responsabilidade ajudam a garantir que as decisões tomadas beneficiem a organização como um todo e suas partes interessadas.

2.19.2 Importância de um Conselho Fiscal

Um Conselho Fiscal desempenha um papel crucial nas organizações, sejam elas empresas, instituições sem fins lucrativos ou entidades governamentais. O principal propósito de um Conselho Fiscal é supervisionar as atividades financeiras e contábeis da entidade para garantir que elas sejam conduzidas de maneira transparente, ética e em conformidade com as regulamentações e normas aplicáveis. Aqui estão algumas das principais razões que destacam a importância de um Conselho Fiscal:

Transparência e Integridade:

Um Conselho Fiscal ajuda a assegurar a transparência nas operações financeiras da organização, prevenindo fraudes, má gestão financeira e práticas não éticas. Sua supervisão ajuda a manter a integridade das informações financeiras e contábeis.

Conformidade Legal e Regulatória:

As organizações estão sujeitas a uma série de regulamentos e obrigações legais relacionadas às finanças e contabilidade. Um Conselho Fiscal garante que a organização esteja aderindo a essas regras, evitando penalidades legais e riscos reputacionais.

Gestão de Riscos Financeiros:

O Conselho Fiscal pode avaliar os riscos financeiros que a organização enfrenta e propor medidas para mitigá-los. Isso ajuda a proteger os ativos da organização e a garantir sua estabilidade financeira.

Tomada de Decisões Informadas:

Ao revisar e analisar regularmente os relatórios financeiros, o Conselho Fiscal fornece informações valiosas à alta administração e aos acionistas. Isso ajuda na tomada de decisões informadas e estratégicas.

Confiança dos Stakeholders:

A existência de um Conselho Fiscal confiável e eficaz aumenta a confiança dos investidores, clientes, fornecedores e outras partes interessadas na saúde financeira e governança da organização.

Avaliação da Auditoria:

O Conselho Fiscal muitas vezes colabora com auditores para revisar as demonstrações financeiras da organização. Sua participação fortalece o processo de auditoria, assegurando que os auditores tenham acesso a informações relevantes e possam identificar possíveis problemas.

Prevenção de Conflitos de Interesse:

Um Conselho Fiscal pode ajudar a identificar e evitar conflitos de interesse que possam surgir nas operações financeiras e de gestão. Isso promove a equidade e a imparcialidade nas decisões.

Aconselhamento Estratégico:

Além de suas funções de supervisão financeira, um Conselho Fiscal experiente pode oferecer insights estratégicos à administração, ajudando a moldar a direção financeira e operacional da organização.

Em resumo, um Conselho Fiscal é uma salvaguarda importante para garantir que uma organização opere de maneira financeiramente sólida, ética e legal. Sua supervisão e orientação contribuem para a saúde financeira a longo prazo e para a confiança de todas as partes interessadas na organização.

Esses Conselhos têm atuado de forma positiva com responsabilidade, comprometimento e independência estando sempre presentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias como também aproveitando toda a oportunidade concedida para treinamento e capacitação. A participação e o controle dos Conselhos são sempre registrados em atas em consonância com o Regimento Interno de cada um onde constam os objetos de suas opiniões, pareceres, deliberações, fiscalizações.

2.20 Mandato, Representação e Recondução

Os mandatos da presidência, da Diretoria Executiva e dos conselhos assim como representação ou recondução serão conduzidos em consonância com a Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023 e a Lei Municipal nº 2.510 de 25 de junho de 2025 a fim de que o nosso RPPS continue com uma gestão eficiente e salutar para a previdência assim como o serviço tenha continuidade e retorno. Este retorno tem ficado marcado na história do IPSEMC o qual foi premiado diversas vezes em Prêmios Nacionais de Boas Práticas de Governança Previdenciária, e, por fim, no Programa de Modernização dos regimes Próprios de Previdência do Brasil – Pró-Gestão RPPS realizado pelo Ministério da Economia por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SPREV/ME e avaliado por auditores independentes alcançando o Nível II do Pró-Gestão RPPS no Exercício de 2018, em dia 11 de novembro 2021 alcançou o Nível III sendo uma das maiores vitórias ou conquista alcançado pelo RPPS ser Certificado no Nível III do Pró-Gestão RPPS. Em novembro de 2022, passou novamente pela auditoria e permanece em nível III.

2.21 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é de extrema importância para o sucesso e o bom funcionamento de qualquer organização, independentemente do seu tamanho ou setor de atuação. Ela envolve a administração de todos os aspectos relacionados aos colaboradores de uma empresa, desde a admissão até o desenvolvimento contínuo e a eventual saída.

Aqui estão algumas das razões fundamentais que destacam a importância da gestão de pessoas:

Desenvolvimento e Retenção de Talentos:

Uma gestão eficaz de pessoas ajuda a identificar, atrair e reter talentos valiosos para a organização. Isso é crucial para manter uma equipe competente e comprometida, resultando em maior produtividade e inovação.

Motivação e Engajamento:

Colaboradores motivados e engajados tendem a ser mais produtivos, criativos e dedicados ao seu trabalho. A gestão de pessoas envolve criar um ambiente de trabalho positivo, oferecendo reconhecimento, oportunidades de crescimento e um equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação:

Investir no desenvolvimento das habilidades dos colaboradores não apenas beneficia a empresa, mas também promove o crescimento pessoal e profissional dos indivíduos. Isso pode ser alcançado por meio de treinamentos, workshops e programas de capacitação.

Alinhamento com Objetivos Organizacionais: Uma gestão de pessoas eficiente assegura que os objetivos e metas individuais estejam alinhados com os objetivos maiores da organização. Isso ajuda a criar um senso de propósito e coesão dentro da equipe.

Redução de Conflitos e Problemas: Uma boa gestão de pessoas inclui a identificação e resolução de conflitos no ambiente de trabalho. Isso promove um ambiente mais harmonioso e produtivo, minimizando a interrupção nas operações diárias.

Inovação e Criatividade:

Ao promover um ambiente que valoriza a diversidade de ideias e opiniões, a gestão de pessoas estimula a inovação e a criatividade. Colaboradores que se sentem valorizados são mais propensos a contribuir com novas abordagens e soluções.

Liderança Eficaz:

A gestão de pessoas inclui o desenvolvimento de líderes competentes e inspiradores. Líderes bem treinados são capazes de orientar, motivar e direcionar equipes de maneira eficaz, resultando em um desempenho coletivo aprimorado.

Clima Organizacional:

A maneira como os colaboradores se sentem em relação ao ambiente de trabalho e à cultura organizacional afeta diretamente sua satisfação e produtividade. Uma gestão de pessoas cuidadosa ajuda a cultivar um clima positivo e saudável.

Adaptação às Mudanças:

As organizações estão constantemente sujeitas a mudanças, sejam elas tecnológicas, econômicas ou de mercado. A gestão de pessoas facilita a adaptação, garantindo que os colaboradores estejam preparados para enfrentar novos desafios.

Responsabilidade Social Corporativa:

Ao tratar os colaboradores com respeito, proporcionar condições de trabalho justas e promover a diversidade e inclusão, as empresas demonstram uma postura ética e socialmente responsável.

Em resumo, a gestão de pessoas não é apenas uma função administrativa, mas um pilar estratégico que influencia diretamente o desempenho e o sucesso global de uma organização. Ela reconhece que os colaboradores são o ativo mais valioso e investe no seu desenvolvimento, bem-estar e satisfação para alcançar resultados positivos a longo prazo.

A Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas ou Administração de Recursos Humanos no IPSEMC é executada em todos os aspectos quando aplica-se um conjunto de conhecimentos e técnicas administrativas especializadas no gerenciamento das relações das pessoas umas com as outras em um ambiente de trabalho agradável onde essas pessoas que são os recursos mais importantes de uma organização possam exercer sua função e desenvolver seu trabalho de forma produtiva e comprometidas com a missão institucional. Para tanto, o planejamento estratégico também serve para trabalhar as pessoas que formam a equipe a fim de obter de cada uma o seu engajamento e compromisso no que for definido.

Por outro lado, o treinamento, a capacitação, a manualização das atividades, o mapeamento dos processos de trabalhos tem servido para nortear a realização das atividades para que as mesmas fluam sem burocratização.

2.21.1 O eSocial no âmbito do Sistema de Governança Previdenciária do IPSEMC pode-se destacar:

O eSocial em órgão público é um sistema essencial para a gestão integrada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos entes da Administração Pública direta e indireta. Ele unifica o envio de informações que antes eram prestadas a diversos órgãos federais, trazendo mais padronização, transparência e controle.

- I- O que é o eSocial:** O eSocial é um ambiente nacional digital no qual os órgãos públicos informam, em tempo real ou periódico, dados relativos a:
- vínculos funcionais;
 - folha de pagamento;
 - contribuições previdenciárias;
 - acidentes de trabalho;
 - afastamentos;
 - eventos de saúde e segurança do trabalho (SST).

Seu objetivo principal é **simplificar o cumprimento das obrigações legais** e melhorar a fiscalização e a qualidade das informações prestadas.

II- Abrangência no setor público: Nos órgãos públicos, o eSocial alcança:

- servidores estatutários;
- empregados públicos celetistas;
- comissionados;
- temporários;
- estagiários;
- agentes políticos, quando aplicável.

Cada vínculo possui regras específicas de registro, exigindo atenção especial na classificação correta dos eventos.

III- Principais informações prestadas: Entre os dados enviados ao eSocial pelos órgãos públicos, destacam-se:

- cadastro do ente federativo e suas unidades;
- admissão, exoneração, aposentadoria e óbito;
- remunerações e descontos;
- recolhimentos previdenciários;
- afastamentos legais (licença, férias, cessão, etc.);
- comunicações de acidente de trabalho (CAT);
- exames médicos e condições ambientais de trabalho.

IV- Importância para a gestão pública: A implantação do eSocial fortalece a administração pública ao:

- aumentar a transparência da folha de pagamento;
- reduzir inconsistências cadastrais e financeiras;
- facilitar a fiscalização pelos órgãos de controle;
- melhorar o planejamento previdenciário;
- integrar informações com a Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho e TCU/CGU, conforme o caso.

V- Desafios na implantação: Apesar dos benefícios, os órgãos públicos enfrentam desafios como:

- adequação dos sistemas de RH e folha;
- integração entre setores (RH, contabilidade, jurídico, SST);
- capacitação contínua das equipes;
- saneamento de cadastros antigos;
- adequação às normas específicas do regime estatutário e do RPPS.

VI- Reflexos para o RPPS: Para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o eSocial é estratégico, pois:

- melhora a qualidade das informações previdenciárias;
- contribui para maior confiabilidade nos dados atuariais;
- fortalece a governança previdenciária;
- auxilia no cumprimento das exigências legais e de controle externo.

O eSocial não é apenas uma obrigação acessória, mas uma ferramenta de modernização da gestão pública. Quando bem implementado, promove eficiência administrativa, segurança jurídica e maior controle sobre os gastos com pessoal, sendo fundamental para a sustentabilidade fiscal e previdenciária dos órgãos públicos.

VII- **Matriz de Riscos do e-Social:** Apresentamos um print a seguir da parte da Matriz de Riscos que mostra Cabedelo em um Bom Nível no e-Social:







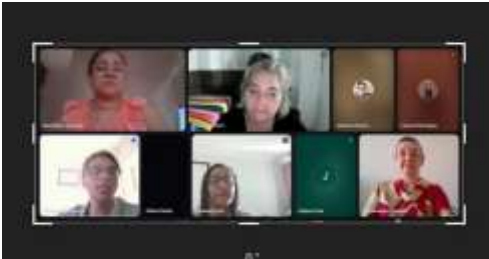

ENTE FEDERATIVO	UF	FONTE: DRR	ATIVOS	INATIVOS	COMP	EXTRACÇÃO DE 08/2025		PONTUAÇÃO		CLASS. RISCO
						S-1202	S-1207	S-1202	S-1207	
Cabedelo	PB	2025	1789	663	202501	2137	808	119,45%	99,55%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabo de Santo Agostinho	PE	2025	4022	1920	202501	3945	1928	98,09%	100,42%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabo Frio	RJ	2025	5711	2074	202501	6139	1982	107,49%	95,56%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabrobó	PE	2025	864	405	202501	851	405	98,50%	100,00%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Caçador	SC	2025	1033	687	202501	1208	0	116,94%	0,00%	EM RISCO
Caçapava do Sul	RS	2025	939	649	202501	866	612	92,23%	94,30%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Caçulândia	RO	2025	215	41	202501	200	24	93,02%	58,54%	REQUER ATENÇÃO

2.22 Resumo das atividades no âmbito do IPSEMC Segundo Semestre de 2025

Nº	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	QUANTIDADE
01	Aposentadoria por tempo de contribuição	025
02	Aposentadoria por Incapacidade para o Trabalho	002
03	Concessão de Pensão Vitalícia por Morte de Aposentado	001
04	Concessão de Pensão Vitalícia por Morte de Servidor	006
05	Concessão de Pensão Temporária por Morte de Servidor	006
06	Benefícios Cessados por Morte	006
07	Benefícios Indeferidos	002
08	Certidões de Tempo de Contribuições expedidas (do início até a presente data)	222
09	Solicitações outras	048
10	Processos encaminhados ao TCE-PB para homologação da Corte	040
11	Concessão de Margens Consignadas para a CEF	
12	Portarias expedidas	052
13	Declarações e ou Certidões outras expedidas	008
14	Ofícios expedidos	157
15	Censo Previdenciário de Aposentado + ProvaVida	100%
16	Censo Previdenciário de Pensionista + Prova de Vida	100%
17	Censo Previdenciário de Servidores Efetivos Ativos	100%
18	Processos realizados no SERPRO	082
19	Ligações Telefônicas	120
20	Atendimento Público (SERPRO)	684
21	Atendimento Público Va WhatsApp (SERPRO)	585
22	Memorando expedidos – SERPRO	033
23	Ofícios expedidos – SERPRO	057
24	Livro Digital (Visitantes) (Controle de Acesso)	112
25	APRs expedidas	070
26	Notificações do TCE-PB respondidas	
27	Despachos diversos nos processos institucionais	407
28	Cartas de homenagem a aposentados	027
29	E-mails respondidos	045
30	Passivo Judicial Liquidado: <ul style="list-style-type: none"> Pareceres Jurídicos emitidos em processos de concessão de benefícios, contratações, outros. Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizados. Despachos jurídicos diversos. Processos ativos, baixados, como autor, como réu. Na Comarca de Cabedelo e/ou em outras Comarcas. Em fase de conhecimento. Em fase de Execução. Precatórios. 	

31	GESTÃO DE OUVIDORIA E RECEPÇÃO E PROTOCOLO – junho a dezembro 2025	
32	Reclamação	000
33	Denúncia	000
34	Informações Gerais	088
35	Mensagens via WhatsApp	052
36	Elogio	019
37	Aposentadorias / Pensões (Contatos / ligações / informações e outros)	036
38	Participações em Pesquisa de Satisfação Presencial	038
39	Telefonemas (Fazer / Receber)	010
40	Atendimento presencial (GAPRES)	428
41	Realizadas seis (6) Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV	
42	Ata da Reunião	06
43	Realizadas seis (8) Reuniões Extraordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV	
44	Ata da Reunião	08
45	Realizadas doze (12) Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
46	Ata da Reunião	12
47	Realizadas cinco (5) Reuniões Extraordinárias do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
48	Ata da Reunião	05
49	Cartilha Previdenciária – Reforma da Previdência Publicada no Portal	
50	Pagamento dos aposentados e pensionistas atualizados – no período de julho a dezembro de 2025 o IPSEMC pagou o montante de R\$ 20.598.210,10 (vinte milhões quinhentos e noventa e oito mil duzentos e dez reais dez centavos).	
51	Pagamentos realizados no âmbito da Taxa de Administração no período de julho a dezembro de 2025 foi de R\$ 1.579.637,13 (um milhão quinhentos e setenta e nove mil seiscentos e trinta e sete reais e treze centavos), tudo em conformidade com os 3% (três por cento) conforme prever a legislação que rege a matéria.	
52	Contribuições Parte Patronal repassadas pelo Ente Prefeitura e Câmara Municipal atualizadas – no período de julho a dezembro de 2025 o IPSEMC recebeu o montante de R\$ 8.881.921,70 (oito milhões oitocentos e oitenta e um mil novecentos e vinte e um reais e setenta centavos).	
53	Contribuições Parte Servidor repassadas pelo Ente Prefeitura e Câmara Municipal atualizadas - no período de julho a dezembro de 2025 o IPSEMC recebeu o montante de R\$ 9.070.691,45 (nove milhões setenta mil seiscentos e noventa e um reais quarenta e dois centavos).	
54	Custo Suplementar / Aporte - no período de julho a dezembro de 2025 o IPSEMC recebeu o montante de R\$ 2.607.233,98 (dois milhões seiscentos e sete mil duzentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos). Entrou para parcelamento o período de julho a agosto sumando 9.321.412,44 (nove milhões trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e quatro centavos), que, atualizado por ocasião do parcelamento especial formou o montante de 10.001.098,36 (dez milhões, um mil noventa e oito reais e trinta e seis centavos).	
55	Parcelamentos atualizados – no período de julho a dezembro de 2025 R\$ 1.269.741,83 (um milhão duzentos e sessenta e nove mil setecentos e quarenta e um reais oitenta e três centavos).	
56	Compensação Previdenciária atualizada. O IPSEMC percebeu no período de julho a dezembro de 2025 o montante de R\$ 809.104,37 (oitocentos e nove mil cento e quatro reais e trinta e sete centavos).	
57	Pagamento de Compensação Previdenciária sumou R\$ 147.538,41 (cento e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos).	
58	Controle de Bens Patrimoniais móveis, material de higiene e limpeza, consume e expediente atualizados.	

59	<div data-bbox="386 232 778 763" data-label="Image">  </div> <div data-bbox="815 277 1436 338" data-label="Section-Header"> <h3>IPSEMC - CERTIFICADO DE QUALIDADE NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA - PRÓ GESTÃO RPPS</h3> </div> <div data-bbox="815 369 1458 645" data-label="Text"> <p>O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO - IPSEMC tem o orgulho de anunciar que recebeu mais uma Certificado de Qualidade na Gestão Previdenciária Pró-Gestão RPPS após passar por intensa e exaustiva auditoria de 2 dias consecutivos reconhecimento que destaca a excelência e o comprometimento da instituição com a boa governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos previdenciários. O Ipsemc já é certificado desde 2018.</p> </div>
60	<div data-bbox="379 833 880 864" data-label="Section-Header"> <h3>Colaborando com o combate à Discriminação.</h3> </div> <div data-bbox="379 896 1165 1075" data-label="Text"> <p>03 de Julho – Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial Respeitar as pessoas, independentemente da cor da pele, origem ou qualquer característica pessoal, é obrigação legal e também dever de consciência. Ninguém é melhor do que ninguém por conta de cor. Respeitar é garantir que todas as pessoas tenham acesso aos seus direitos com dignidade.</p> </div> <div data-bbox="379 1081 1174 1158" data-label="Text"> <p>#03deJulho #rpps #DiaNacionalDeCombateÀDiscriminaçãoRacial #RacismoÉCrime #RespeitoÉLei #JustiçaSocial #EquidadeRacial #IPSEMC #ConsciênciaRacial #BrasilSemRacismo #DireitosHumanos #Censo2022 #PopulaçãoNegra #ServiçoPúblicoInclusivo</p> </div> <div data-bbox="1197 846 1436 1086" data-label="Image">  </div>
61	<div data-bbox="392 1245 847 1547" data-label="Image">  </div> <div data-bbox="865 1254 1466 1561" data-label="Text"> <p>Reunião da Diretoria Executiva para Alinhar Estratégias de Governança. A DE do Ipsemc se reuniu mais uma vez com o objetivo de discutir e alinhar medidas diversas, diante do atual cenário econômico e da necessidade de garantir o equilíbrio financeiro institucional visto que lidamos com vidas preciosas que lutaram e trabalharam pelo nosso Município. Durante o encontro, foram apresentadas análises de atividades operacionais, tecnológicas e debatidas alternativas para otimizar sem comprometer a qualidade dos serviços prestados</p> </div>
62	<div data-bbox="392 1608 775 2011" data-label="Image">  </div> <div data-bbox="786 1615 1471 2009" data-label="Text"> <p>Rearrumação do Arquivo Físico com Foco em Organização e Preservação Documental, com o objetivo de aprimorar a gestão documental e garantir melhores condições de acesso e preservação dos registros institucionais, o Ipsemc promoveu importante ação sendo esta a 1ª fase referente a transferência do material para a nova sala para dar seguimento à rearrumação do seu arquivo físico. A iniciativa envolveu a limpeza dos fichários, estantes e armários, bem como a relocação para outro ambiente, onde dará continuidade ao mapeamento, triagem, classificação e realocação de documentos conforme critérios técnicos de arquivologia e normas internas de organização, na busca para otimizar o espaço físico, eliminar redundâncias e facilitar futuras consultas. A ação também contribui para o fortalecimento da memória institucional, a segurança da informação e o cumprimento de exigências legais relacionadas à guarda documental. “Quando conseguirmos finalizar a organização, ganharemos não só eficiência, mas também em preservação e valorização do nosso patrimônio documental”, destacou a presidente Léa Praxedes.</p> </div>

63	<p>Participação no Congresso Estadual de Previdência da ASPREVPB ocorrido no Cebtro Cultural “Ariano Suassuna” – Unidade do TCE/PB</p>    
64	<p>Reunião Conjunta com os Conselhos Deliberativo e Fiscal Previdenciários do Município no cumprimento da missão institucional. (28/08).</p> 
65	<p>Aos (28/08) Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo - CONDPREV no cumprimento da missão institucional.</p> 

66



Audiência Pública de Prestação de Contas 2024 do Ipsemc

Nesta quarta-feira (03), o Ipsemc, com apoio da Prefeitura Municipal de Cabedelo, realizou a audiência anual para prestação de contas referente ao exercício de 2024. O encontro apresentou os principais resultados da gestão previdenciária, projeções atuariais, aplicação dos recursos, legislação previdenciária, dentre outros e abriu espaço para participação dos segurados e demais participantes.

Agradecemos a presença de todos neste momento de transparência e diálogo que podem fortalecer a previdência municipal de Cabedelo. #RPPS #Ipsemc #gestãoprevidenciária #progestão



67









Censo Previdenciário de Cabedelo

A Prefeitura Municipal de Cabedelo, por meio do IPSEMC – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, realizou o Censo Previdenciário 2025, conforme Decreto nº 125/2025, atualizado pelo Decreto nº 132/2025. O Censo foi de caráter obrigatório e abrange todos os servidores efetivos da Administração Direta e Indireta, ativos, aposentados, pensionistas do Ipsemc. Incluídos também os servidores da Câmara Municipal de Cabedelo, os que se encontram à disposição em outros órgãos e aqueles que estão de licença sem vencimentos. O objetivo foi atualizar os dados cadastrais, funcionais e financeiros, consolidando o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS/RPPS) e assegurando a regularidade dos benefícios.

68





O Conselho Deliberativo realizou a quinta reunião extraordinária para apreciação e deliberação de pautas importantes voltadas ao fortalecimento da governança e da gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Cabedelo. Durante o encontro, os conselheiros analisaram relatórios técnicos e administrativos referentes ao primeiro semestre de 2025, entre eles o Relatório de Governança, o Relatório de Gestão Atuarial e o Relatório de Reavaliação do Planejamento Estratégico, o Relatório de Análises das Hipóteses, reestruturações atuariais necessárias que apresentaram diagnósticos e recomendações voltadas à melhoria contínua da administração dos recursos previdenciários na forma legal.











69	 <p>O Município de Cabedelo obteve a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emitido pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, com validade até 29 de março de 2026. Este é essencialmente o documento mais importante para um RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), que no caso de Cabedelo é o Ipsemc.</p> <p>O documento comprova que o Município cumpre integralmente as exigências da Lei nº 9.717/1998, do Decreto nº 3.788/2001 e da Portaria nº 1.467/2022, normas que estabelecem os critérios para a boa gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), entre eles o repasse dos recursos previdenciários por parte da Prefeitura Municipal de Cabedelo e Câmara Municipal de Cabedelo.</p>
70	<p>XI Seminário Municipal de Previdência reúne aposentados e servidores em debate sobre sustentabilidade e boas práticas na gestão previdenciária</p>   <p>Em um clima de integração e aprendizado, o XI Seminário Municipal de Previdência foi realizado nesta [22/10], promovido pelo IPSEMC para um grupo específico. O evento reuniu aposentados, servidores públicos e especialistas em previdência para discutir os desafios e avanços na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Com o temática previdenciária, o seminário teve como objetivo principal fortalecer a cultura previdenciária no serviço público, promover a capacitação dos agentes envolvidos na gestão previdenciária e incentivar o diálogo sobre políticas sustentáveis para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, como também sobre a prevenção de golpes e fraudes. A programação contou com palestras e painéis conduzidos pela presidente, assessor jurídico e diretoria atuarial especialistas da área, abordando assuntos como governança e transparência na previdência pública, planejamento atuarial, educação previdenciária, sustentabilidade financeira, papel dos conselhos e prevenção na gestão do RPPS e na vida dos seus segurados. Como sempre, “nosso propósito é capacitar e sensibilizar todos os envolvidos com a gestão previdenciária, reforçando o compromisso com a responsabilidade e a transparência. Cada edição do Seminário representa um passo a mais na consolidação de um sistema previdenciário sólido e sustentável”, afirmou a presidente. O XI Seminário também foi marcado pela troca de experiências entre os participantes e pelo reconhecimento do esforço conjunto para garantir a segurança previdenciária dos servidores municipais.</p>
71	<p>XII Seminário Municipal de Previdência reúne servidores em debate sobre sustentabilidade e boas práticas na gestão previdenciária</p>    <p>Em um clima de integração e aprendizado, o XII Seminário Municipal de Previdência foi realizado nesta [24/10], promovido pelo IPSEMC para uma turma de nossa honrosa Guarda Metropolitana. O evento reuniu aposentados, servidores públicos e especialistas em previdência para discutir os desafios e avanços na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Com o temática previdenciária, o seminário teve como objetivo principal fortalecer a cultura previdenciária no serviço público, promover a capacitação dos agentes envolvidos na gestão previdenciária e incentivar o diálogo sobre políticas sustentáveis para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. A programação contou com palestras e painéis conduzidos pela presidente, assessor jurídico e diretoria atuarial.</p>

72	 <p>Parabéns a mais uma Guarda Metropolitana de Cabedelo Sra. Elisabete da S. Ferreira, pelo alcance da vitória de sua aposentadoria concedida nos termos da legislação previdenciária, por <i>ter cumprido os requisitos legais, pelos serviços prestados ao nosso Município!</i></p>
73	<p>Treinamento em Investimentos para o COI e Conselhos tendo como palestrantes Especialistas da Privatiza.</p> 
74	 <p>Participação em evento da Câmara Municipal de Cabedelo – celebração da Semana do Idoso.</p>
75	<p>Consulta à Dra. Claudia Iten do MPS visando solução inerente ao nosso RPPS.</p> 

76	 <p>Reunião da Comissão do Pró-Gestão RPPS no MPS em Brasília-DF, na luta incessante para promoção das boas práticas de gestão dos RPPS.</p>
77	<p>Reunião do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV</p> 
78	 <p>Visita Técnica da Egrégia Equipe da PBPREV – onde tratamos sobre o Pró-Gestão RPPS.</p>
79	<p>REUNIÃO DE ABERTURA DA AUDITORIA DO PRÓ-GESTÃO MARCA INÍCIO OFICIAL DOS TRABALHOS EM NOSSO RPPS</p> <p>A Reunião de Abertura da Auditoria do Pró-Gestão em nosso RPPS foi realizada nesta data (17/11), reunindo representantes da unidade gestora - membros da equipe auditada enquanto profissionais responsáveis pela condução do processo de avaliação. O encontro marcou o início oficial das atividades de auditoria, previstas no escopo do Programa de Certificação Institucional voltado ao fortalecimento da governança, gestão e transparência dos Regimes Próprios de Previdência Social. Durante a reunião, foram apresentados os objetivos, metodologia, etapas e prazos do trabalho, esclarecendo como serão conduzidas as análises dos processos e práticas de gestão. Também foram alinhadas as responsabilidades de cada setor envolvido, reforçando a importância da colaboração e da disponibilização tempestiva das informações solicitadas pela auditora. Com a abertura oficial, a auditoria inicia a fase de levantamento e análise documental, seguida pelas entrevistas e verificações in loco, conforme o cronograma previamente estabelecido. Ao final, será emitido relatório técnico contendo recomendações e oportunidades de melhoria para o regime próprio. A reunião foi encerrada com a reafirmação do compromisso conjunto com a transparência, a responsabilidade e a excelência na gestão previdenciária.</p> 

80	<p>REUNIÃO DE FECHAMENTO DA AUDITORIA DO PRÓ-GESTÃO MARCA INÍCIO OFICIAL DOS TRABALHOS EM NOSSO RPPS</p> <p>A Reunião de FECHAMENTO da Auditoria do Pró-Gestão em nosso RPPS foi realizada e, como resultado temos a consciência quanto a permanência do nosso trabalhoso mas, maravilhoso Nível III do Programa de Certificação Institucional que só contribui para o fortalecimento da governança, gestão e transparência do nosso RPPS.</p> <p>Durante a reunião, foram apresentados os ótimos resultados deste programa que é nossa “paixão”, pois nos coloca dentro de padrão de excelência comprovada, assegurando conformidade às diretrizes, fortalecendo mecanismos de controle interno. Resta-nos agradecer a Deus pela força, capacidade, determinação, resiliência, amor e dedicação que nos permite gerir a previdência municipal com tal padrão de excelência. Agradecer a nossa equipe institucional, bem como a SEAD, mais precisamente à Junta Médica do Município, e à equipe do SESMT, à FOLPAG, ao RH, pois todos tem o seu relevante papel dentro da governança com a reafirmação do compromisso conjunto com a transparência, a responsabilidade e a excelência na gestão previdenciária. JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!</p> 
81	 <p>Entrega de Portarias aos novos apsentados – celebrando a conquista!</p>
82	 <p>Reunião Extraordinária com os Conselhos CONFIPREV e CONDPREV</p>
83	<p>Participação no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros da ABIPEM – Centro de Convenções de Recife-Pe.</p> 

84	 <p>REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM OS CONSELHOS PARA DELIBERAÇÃO DA POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2026.</p>
85	<p>Última Reunião Ordinária do CONDPREV 2025</p> 
86	 <p>Reunião Institucional para os últimos ajustes no PCA 2026.</p>
87	<p>Reunião do COI para deliberação sobre ajustes necessários à PAI 2025.</p> 
88	 <p>Última Reunião Institucional para alinhamento das estratégias de governança</p> 

89	<p>Pequena Amostragem das Ações do PPA – Programa Pós Aposentadoria (Encontra-se mais detalhado no Relatório do PPA)</p> <p>O grupo de artes, coordenado pelas Prof^{as} Walquíria Araújo e Marinês Salviano, conclui e vende objetos de enfeites, feitos com base em materiais reciclados diversos (tecidos, feltro, EVA, borrachas, linhas, papéis, cartões entre outros).</p> 
90	<div>    </div> <p>Grupo de Dança Livre Atividades à beira-mar Hidroterapia</p>
91	<div>   </div> <p>Educação Física Visita aos Enfermos</p>
92	<div>  <p>Feira de Saúde efetuada Pela Faculdade AYFA</p>  </div> <p>Aula de Violão</p>

2.23 ATIVIDADES JURÍDICAS / CONTENCIOSO

Nas reuniões de Planejamento Estratégico visando o acompanhamento das ações em todas as áreas do Ipsemc obteve-se o resultado quanto aos processos judiciais além de todos os pareceres emitidos nos processos de aposentadorias e pensões da instituição.

O contencioso judicial é quando existe um conflito de interesses no sentido de analisar e compreender sua defesa nos processos que estejam em tramitação, com a juntada de peças que sejam necessárias à constituição de provas a serem usadas para os fins a que se destina. Essas ações são conduzidas com extremo zelo, dedicação e amplo conhecimento do litígio para que o resultado seja eficaz. Portanto, tem-se a informar a seguir:

2.24 Relatório de Avaliação do Passivo Judicial – 2º Semestre Exercício 2025

As informações foram colhidas por meio do relatório de passivo judicial que é um documento que analisa a situação dos processos judiciais em que o Ipsemc é parte (o polo passivo), avaliando os riscos e os possíveis valores envolvidos nas condenações, para entender o impacto financeiro e estratégico e auxiliar na tomada de decisões. Ele detalha os processos, a probabilidade de perda e os valores a serem provisionados, oferecendo uma visão clara sobre a gestão do passivo judicial no âmbito do RPPS. Disposto no Portal do IPSEMC: www.ipsemc.pb.gov.br no Menu: Relatórios de Gestão – link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriopassivo.aspx>, o qual trata do Passivo Judicial Líquido até 30.06.2025 e relata sobre:

- Precatórios;
- Pareceres emitidos em todos os processos de concessão de benefícios, licitações, contratações; revisão de legislação, entre outros;
- Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizadas;
- Processos ativos, baixados, como autor, como réu, etc. etc.
- Despachos jurídicos; e,
- Demonstra tabela anual quantificada.

2.25 TABELA DEMONSTRATIVA DE PROCESSOS JURÍDICOS

Segue no quadro abaixo todos os atos praticados por esta Assessoria Jurídica no período compreendido entre o mês de julho a dezembro do corrente ano.

PASSIVO JUDICIAL LIQUIDADO	
Pareceres Jurídicos emitidos em processos de concessão de benefícios, contratações, outros...	71
Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizados.	07
Despachos jurídicos diversos	83
Processos ativos julho a dezembro de 2025	44
Processos baixados julho a dezembro de 2025	00
Processos como Autor	00
Processos como Réu	44
Processos na Comarca de Cabedelo-PB	43
Processos em outras Comarcas	01
Processos em fase de conhecimento	16
Processos em fase de execução	28
Precatórios	00

Além disso, cumpre esclarecer que o Passivo Judicial Líquido até 31.12.2025 era de R\$ 0,00 (zero reais), isso se deve ainda a não ter formado os precatórios, o que certamente vai ocorrer a partir do ano vindouro.

2.26 RESULTADO DO GRANDE CENSO PREVIDENCIÁRIO

Neste exercício o Ipsemc obteve o significativo alcance de 100% de resultado no Censo Previdenciário realizado com ativos, inativos e pensionistas o que representa uma conquista institucional de grande relevância, com impactos diretos na gestão, no equilíbrio atuarial e na governança previdenciária.

Esse resultado evidencia que todos os segurados, aposentados e pensionistas foram devidamente cadastrados, com informações cadastrais, funcionais e financeiras atualizadas, consistentes e validadas, assegurando a base real e fidedigna de dados do Regime Próprio de Previdência Social.

2.26.1 Importância do resultado de 100%

- Fortalecimento da base atuarial: Com dados completos e confiáveis, os estudos atuariais passam a refletir com maior precisão a realidade do RPPS, permitindo projeções mais seguras quanto às obrigações futuras e à sustentabilidade do regime.
- Melhoria na governança e na transparência: O censo integral demonstra compromisso com boas práticas de gestão, controle e transparência, alinhando o RPPS às exigências legais e aos princípios da administração pública.

- c) Prevenção de inconsistências e passivos ocultos: A atualização cadastral elimina registros desatualizados, reduz riscos de pagamentos indevidos e identifica possíveis distorções que poderiam comprometer o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) Apoio à tomada de decisões estratégicas: Com 100% de adesão, a administração passa a contar com informações sólidas para planejar políticas previdenciárias, revisar benefícios, estruturar investimentos e fortalecer a solvência do regime.
- e) Atendimento às exigências normativas: O resultado pleno no Censo Previdenciário reforça a regularidade do RPPS junto aos órgãos de controle e supervisão, contribuindo para a manutenção de certificações, como o Pró-Gestão RPPS, e para a boa avaliação institucional.

Ademais, alcançar 100% no Censo Previdenciário não é apenas um número, mas o reflexo de planejamento, mobilização, engajamento dos segurados e eficiência da equipe gestora. Trata-se de um marco que consolida a credibilidade do RPPS e fortalece sua missão de garantir, com responsabilidade e segurança, os direitos previdenciários dos seus segurados, hoje e no futuro. O Gráfico abaixo retirado do próprio sistema previdenciário evidencia o esplêndido resultado:



2.27 Gestão dos Investimentos tendo como fonte o Relatório de Acompanhamento da Carteira de Investimentos referente até o mês de dezembro/2025 – consta todos os meses do ano.

2.27.1 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas

2.24.1.1 Credenciamento de Instituições Financeiras (Gestores / Administradores)

As Instituições Financeiras estão devidamente credenciadas no IPSEMC, a relação dos gestores/administradores são exatamente as relacionadas na tabela a seguir:

- I- SUL AMERICA GESTORA DE RECURSOS S.A. (21.813.291/0001-07) Vencimento: 14/08/2027
- II- AZ QUEST INVESTIMENTOS (04.506.394/0001-05) Vencimento: 14/08/2027
- III- ITAÚ UNIBANCO S.A. (60.701.190/0001-04) Vencimento: 31/10/2025
- IV- BANCO BRADESCO S.A. (60.746.948/0001-12) Vencimento: 16/11/2025
- V- BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁ (62.375.134/0001-44) Vencimento: 16/11/2025
- VI- BAHIA AM RENDA VARIÁVEL LTDA (13.143.849/0001-66) Vencimento: 19/01/2026
- VII- CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (42.040.639/0001-40) Vencimento: 19/01/2026
- VIII- RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA (03.864.607/0001-08) Vencimento: 19/01/2026
- IX- CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS (10.626.543/0001-72) Vencimento: 15/03/2026
- X- BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (00.066.670/0001-00) Vencimento: 15/03/2026
- XI- BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. (01.522.368/0001-82) Vencimento: 15/03/2026
- XII- XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA. (16.789.525/0001-98) Vencimento: 15/03/2026
- XIII- 4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA (03.983.856/0001-12) Vencimento: 17/05/2026
- XIV- BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (30.822.936/0001-69) Vencimento: 17/05/2026

- XV- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04) Vencimento: 17/05/2026
- XVI- XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA (37.918.829/0001-98) Vencimento: 14/06/2026
- XVII- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (07.237.373/0001-20) Vencimento: 14/06/2026
- XVIII- SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA. (92.886.662/0001-29) Vencimento: 14/06/2026
- XIX- MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA (16.500.294/0001-80) Vencimento: 14/06/2026
- XX- SANTANDER CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A (62.318.407/0001-19) Vencimento: 12/08/2026
- XXI- SOMMA INVESTIMENTOS S.A (05.563.299/0001-06) Vencimento: 12/08/2026
- XXII- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (90.400.888/0001-42) Vencimento: 12/08/2026
- XXIII- SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (10.231.177/0001-52) Vencimento: 12/08/2026
- XXIV- FINACAP INVESTIMENTOS LTDA. (01.294.929/0001-33) Vencimento 02/04/2027
- XXV- BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (59.281.253/0001-23) Vencimento 14/08/2027
- XXVI- BTG PACTUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA (09.631.542/0001-37 Vencimento 14/08/2027
- XXVII- MONGERAL AEGON RENDA VARIÁVEL LTDA (37.95.213/0001-00) Vencimento 01/09/2027

2.27.2 Cadastramento de Distribuidores e Agentes Autônomos

- I- PRIVATIZA AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS SS (00.840.515/0001-08) Vencimento: 18/09/2027
- II- PERFORME AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI (10.819.611/0001-10) Data de Atualização: 17/05/2026
- III- XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (02.332.886/0001-04) Data de Atualização: 02/04/2027
- IV- ATINA - AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS (40.171.197/0001-46) Vencimento: 18/19/2027

Todos as Instituições Financeiras Credenciadas no IPSEMC estão contidas no site do IPSEMC (www.ipsemc.pb.gov.br) e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx> com os respectivas formulários e datas de credenciamento.

2.28 Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos é trabalhada com o maior esforço, atenção e dedicação da gestão previdenciária, pois é uma gestão complexa que envolve riscos diversos, que são variáveis externas que acabam interferindo para melhor ou para pior, face às mudanças, na economia nacional e internacional, movimentos no exterior, comportamentos mercadológicos e, por conseguinte, necessita-se construí-la de forma a mitigar esses riscos e garantir a curto, médio e longo prazo os rendimentos garantidores dos benefícios concedidos e a conceder pelo Instituto.

A Carteira de Investimentos está diversificada em 34 (trinta e quatro) fundos de investimentos, sendo 16 em Renda Fixa e 14 em Renda Variável e 4 Fundo no Exterior, com isso tenta-se evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, razão porque segmenta-se dessa forma, visto que com uma diversificação responsável e comprometida, forma-se uma carteira de ativos com uma estratégia ancorada em diferentes indexadores justamente para proporcionar o equilíbrio e o balanceamento necessários à uma melhor e maior segurança, liquidez, o que redundará na mitigação de riscos.

A Carteira de Investimentos do IPSEMC tem o seguinte Enquadramento neste mês de dezembro/2025:

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Enquadramento
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/05/2027	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BNB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+3	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BRANCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
SOMMA TORINO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	D+1 du	Não há	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+20 du	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+29	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+30	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BAHIA AM VALUATION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+4 ou D+33	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+33	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BNB SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+4	Não há	Artigo 8º, Inciso I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FIF	D+15	Não há	Artigo 8º, Inciso I

FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3	Não há	Artigo 8º, Inciso I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+24	Não há	Artigo 8º, Inciso I
MAG SELECTION RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3 du	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+6 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
MAG GLOBAL EQUITY RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO	D+4 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+4 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
4UM BDR RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+19 du	Não há	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	D+4	Não há	Artigo 10º, Inciso I
CAIXA JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	D+0	Não há	Artigo 10º, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO II RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	D+3 du	Não há	Artigo 10º, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	D+3 du	Não há	Artigo 10º, Inciso I

2.29 Estratégias de alocação e a Política Anual de Investimentos

A Estratégia de Alocação no âmbito do IPSEMC está disposta na Política Anual de Investimentos – PAI/2025, que traçou o caminho a ser seguido durante o exercício, sem desconsiderar as necessidades de ajustes, se for o caso, porque se trata de um plano estratégico de investimentos formatado dentro da legislação que rege e disciplina a matéria.

Diante do exposto e conforme informações colhidas no fechamento do mês de dezembro/2025 verifica-se que os percentuais de investimentos por enquadramento, não ultrapassaram a estratégia de alocação definidos na Política Anual de Investimentos em vigor.

Apresenta-se neste ato, o quadro extraído da Política de Investimentos 2025 com a estratégia definida.

Artigos - Renda Fixa	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea a	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	30,00%	131.558.425,36
Artigo 7º, Inciso I, Alínea b	100,00%	239.407.623,94	54,59%	30,00%	33,50%	75,00%	89.488.439,45
Artigo 7º, Inciso III, Alínea a	75,00%	74.606.232,49	17,01%	7,00%	10,00%	20,00%	13.099.384,41
Artigo 7º, Inciso III, Alínea b	75,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	87.705.616,90
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	87.705.616,90
Artigo 7º, Inciso V, Alínea a	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	65.779.212,68
Artigo 7º, Inciso V, Alínea b	15,00%	7.511.879,32	1,71%	1,00%	1,50%	15,00%	58.267.333,36
Total Renda Fixa	100,00%	321.525.735,75	73,32%	38,00%	60,00%	195,00%	

Artigos - Renda Variável Estruturado - Fundo Imobiliário	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I	45,00%	72.727.793,41	16,58%	12,00%	15,00%	45,00%	124.609.844,62
Artigo 8º, Inciso II	45,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	45,00%	197.337.638,03
Artigo 10º, Inciso I	15,00%	35.525.676,96	8,10%	5,00%	7,00%	10,00%	8.327.131,49
Artigo 10º, Inciso II	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,00%	10,00%	43.852.808,45
Artigo 10º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	4,00%	5,00%	21.926.404,23
Artigo 11º	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	4,00%	5,00%	21.926.404,23
Total Renda Variável / Estruturado / Fundo Imobiliário	50,00%	108.253.470,37	24,69%	17,00%	32,00%	120,00%	

Artigos Exterior	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 9º, Inciso I	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	43.852.808,45
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	7.128.501,42	1,63%	1,50%	4,00%	10,00%	36.724.307,03
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	1.620.376,98	0,37%	0,25%	4,00%	10,00%	42.232.431,47
Total Exterior	10,00%	8.748.878,40	2,00%	1,75%	8,00%	30,00%	

Os limites respeitam as condições previstas na Resolução 4.695/18 em seus Artigo 7º § 10º e Artigo 8º § 10º para RPPS Certificado pelo Pró-Gestão.

2.30 Composição dos Investimentos

Em consonância com as normas legais pertinentes e com a PAI/2025:

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	73.931.236,09	16,86%	GESTÃO DURATION - R\$ 73.931.236,09 - 16,8590%
CRÉDITO PRIVADO	7.511.879,32	1,71%	CRÉDITO PRIVADO - R\$ 7.511.879,32 - 1,7130%
IMA-GERAL	41.425.064,99	9,45%	LONGO PRAZO - R\$ 51.619.430,38 - 11,7711%
IMA-B	10.194.365,39	2,32%	MÉDIO PRAZO - R\$ 74.187.998,15 - 16,9175%
IMA-B 5	25.436.607,61	5,80%	
IDKA IPCA 2A	43.276.316,72	9,87%	
VÉRTICE MÉDIO	5.475.073,82	1,25%	CURTO PRAZO - R\$ 114.275.191,81 - 26,0588%
IRF-M 1	85.063.827,13	19,40%	
CDI	29.211.364,68	6,66%	
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	17.635.426,79	4,02%	AÇÕES - R\$ 72.727.793,41 - 16,5845%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	3.586.257,09	0,82%	
AÇÕES - LIVRES	28.753.466,90	6,56%	
AÇÕES - VALOR	22.752.642,63	5,19%	MULTIMERCADO - R\$ 35.525.676,96 - 8,1011%
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	12.016.568,08	2,74%	
MULTIMERCADO - MACRO	15.153.221,08	3,46%	
MULTIMERCADO - OUTROS	8.355.887,80	1,91%	EXTERIOR - R\$ 8.748.878,40 - 1,9951%
AÇÕES - EXTERIOR	6.322.929,31	1,44%	
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	805.572,11	0,18%	
BDR NÍVEL I	1.620.376,98	0,37%	

2.31 Receitas de Investimentos

As receitas de investimentos estão descritas conforme quadro a seguir especificado:

Investimentos	Valor	%	Mês anterior	Variação
Renda Fixa	321.525.735,75	73,32%	316.137.711,32	5.388.024,43
Renda Variável	108.253.470,37	24,69%	108.358.373,94	-104.903,57
Invest. Exterior	8.748.878,40	2,00%	8.576.163,25	172.715,15
Total	438.528.084,52	100,00%	433.072.248,51	5.455.836,01

2.32 Rentabilidade

A rentabilidade está descrita no quadro a seguir:

Mês	Renda Fixa	Renda Variável	Invest. Exterior	Rentabilidade	Retorno Acumulado	Meta Atuarial	GAP Acumulado
Janeiro	1,46%	3,02%	0,89%	1,83%	1,83%	0,60%	302,46%
Fevereiro	0,81%	-2,25%	-3,02%	-0,03%	1,80%	1,72%	77,13%
Março	0,85%	3,14%	-7,96%	1,21%	3,03%	0,95%	92,20%
Abril	1,49%	4,46%	2,79%	2,23%	5,34%	0,83%	128,17%
Mai	0,94%	2,38%	7,85%	1,42%	6,84%	0,68%	140,21%
Junho	0,89%	1,23%	1,94%	1,00%	7,90%	0,64%	142,37%
Julho	0,82%	-3,73%	2,03%	-0,29%	7,59%	0,72%	120,10%
Agosto	1,23%	5,02%	0,18%	2,12%	9,87%	0,31%	148,46%
Setembro	0,98%	2,64%	1,80%	1,44%	11,45%	0,93%	149,92%
Outubro	1,22%	1,42%	1,97%	1,29%	12,88%	0,55%	156,49%
Novembro	1,19%	5,25%	-3,94%	2,07%	15,22%	0,56%	172,18%
Dezembro	0,89%	-0,10%	2,01%	0,67%	15,99%	0,78%	165,12%

2.33 Índices

Os indicadores formam um conjunto de índices nos investimentos que são usados para referenciar um fundo de investimentos e também como ferramenta para acompanhamento e comparação de rendimentos de investimentos, que subsidiam as tomadas de decisões.

Mês	CDI	Small	IDKA (2anos)	Ibovespa	IPCA	IMA-B	Meta atuaria	Meta realizada
Janeiro	1,01%	6,11%	2,06%	4,86%	0,16%	1,07%	0,60%	1,83%
Fevereiro	0,99%	-3,87%	0,61%	-2,64%	1,31%	0,50%	1,72%	-0,03%
Março	0,96%	6,73%	0,41%	6,08%	0,55%	1,84%	0,95%	1,21%
Abril	1,06%	8,47%	1,90%	3,69%	0,43%	2,09%	0,83%	2,23%
Maio	1,14%	5,94%	0,53%	1,45%	0,26%	1,70%	0,68%	1,42%
Junho	1,10%	1,04%	0,25%	1,33%	0,24%	1,30%	0,64%	1,00%
Julho	1,28%	-6,36%	0,59%	-4,17%	0,26%	-0,79%	0,72%	-0,29%
Agosto	1,16%	5,86%	1,38%	6,28%	-0,11%	0,84%	0,31%	2,12%
Setembro	1,22%	1,58%	0,48%	3,40%	0,48%	0,54%	0,93%	1,44%
Outubro	1,28%	0,43%	1,13%	2,26%	0,09%	1,05%	0,55%	1,29%
Novembro	1,05%	6,03%	0,94%	6,37%	0,18%	2,04%	0,56%	2,07%
Dezembro	1,22%	-3,58%	1,15%	1,29%	0,33%	0,31%	0,78%	0,67%

O quadro de Índice do IPSEMC está representado a seguir:

2.34 Controles de Riscos

A Política de Investimentos do IPSEMC trata também da metodologia de controle de riscos com o objetivo de fazer com que a autarquia não seja prejudicada pelos **riscos** já conhecidos e que apresentam diferentes impactos e probabilidades de acontecer, mas por meio de métodos e critérios adotados, possa analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, nas diversas dimensões, seja riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância do RPPS a esses riscos mencionados, conforme exposto no Art. 101, da Portaria 1.467/22.

Promover o monitoramento e controle de riscos é uma das práticas mais importantes em todas as organizações hoje, apesar de não se limitar somente a esta área, mas a todas as dimensões como uma prática de segurança ocupacional, dos processos, do meio ambiente e bem estar até dos segurados. Como se verifica o controle de riscos tem ampla e geral funcionalidade, pois é a adoção de medidas preventivas o que o torna essencial. Essa postura proativa abre espaço significativo para adoção de estratégias de contenção e melhorias no âmbito do RPPS.

A Política enfoca que as aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o **IPSEMC** obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

- 2.34.1 **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de

mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

2.34.2 Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

2.34.3 Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

2.35 Resumo Avaliativo com Resultado do Segundo Semestre do Exercício de 2025 em relação ao Planejamento Estratégico – período 2024 a 2030

Desde o advento do Planejamento Estratégico houve significativos avanços em nosso RPPS, obtivemos um resultado que consideramos positivo conforme relatório semestral elaborado, uma vez que acompanhamos diariamente as estratégias, objetivos, metas e ações.

Avaliação ocorrida abrangeu o segundo semestre de 2025.

2.36 Realinhamento do Planejamento Estratégico

Como foi evidenciado no item 2.8 deste relatório sobre a importância do planejamento estratégico, a cada semestre reavaliamos esse plano, sendo que neste semestre, apesar de todas as dificuldades, continuamos lutando para que o Ipsemc ande alinhado ao que foi planejado para que o resultado das ações seja efetivo e a avaliação evidencie a conformidade clara e objetiva. Na verdade, sempre ocorrem avanços significativos porque só em estar na luta constante e exaustiva para, mesmo com todos os desafios enfrentados em nosso RPPS, possa-se obter resultados positivos e avançar na busca pela excelência que a autarquia deseja. O Ipsemc prossegue com a implantação de melhorias dentro das possibilidades legais desde o novo ambiente preparado de forma mais funcional, como também com treinamentos e capacitações, com resiliência e determinação de forma que o avanço é considerável em relação aos processos institucionais cujos resultados são evidentes conforme demonstra o próprio Pró-Gestão RPPS.

O acompanhamento do plano construído é feito sempre de forma participativa com a equipe institucional o que tem sido de grande relevância para os ajustes necessários durante o percurso face à dinâmica das mudanças que ocorrem no ambiente previdenciário, pois o documento do planejamento contempla de forma abrangente os aspectos estratégicos, tático e operacional de responsabilidade de todos os setores da organização, inclusive o advento de novas normas.

Na verdade, observando o relatório semestral de Avaliação do Planejamento Estratégico pode-se considerar o desempenho e o resultado como positivos em cada grupo de ações realizadas, mesmo porque esse primeiro semestre do ano tem sido atípico para o Ipsemc com o advento de vários eventos que vieram acrescentar o volume de atividades institucionais, sobretudo com os muitos problemas que

enfrentamos durante este exercício, que demandou ações de adaptações, cobranças em busca de regularizações, estabelecimento de equipes, etc. Muito embora, determinados índices estejam sujeitos a variáveis totalmente externas como, por exemplo, a questão dos acontecimentos externos e fora do alcance de controle, porque lidamos com variáveis externas que impactam diretamente nos resultados tanto para positivos como para efeitos negativos. Nestes casos, será dado um resultado anual geral no relatório anual de governança.

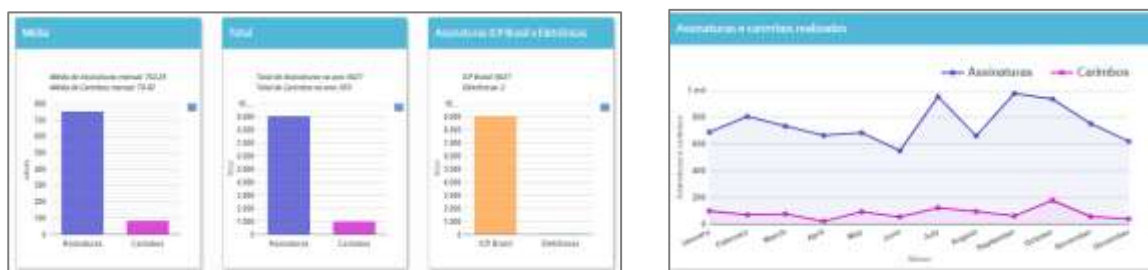
As capacitações realizadas tem trazido oportunidades de melhoria no processo de formulação de estratégias do RPPS no intuito de irmos na direção de nossa visão, em conformidade com a nossa missão, valores e objetivos estratégicos como também a aderência das iniciativas estratégicas a estes objetivos; o desdobramento do plano estratégico em planos de ação com definição dos meios de execução dos objetivos, desde que nos seja possível; a avaliação institucionalizada do planejamento estratégico; a estruturação da governança interna relacionada ao processo de formulação de estratégias, quanto ao provimento de recursos (pessoal e tecnológico), no âmbito da legislação pertinente. Estamos avançando!

O grandioso e ousado propósito real de adotar uma gestão de resultados, amparada por uma metodologia de aferição que gere informações e tenha caráter valorativo, sendo que, repetimos, tudo pensado no âmbito do aspecto legal. Sem isso, a alta administração do RPPS tenderá a permanecer atuando sem de fato saber o quão longe ou perto estará do caminho para o atingimento de seus objetivos estratégicos, e sem poder mensurar o nível de responsabilidade sobre os atos de gestão, para além de ingerências políticas e de contingenciamentos orçamentários, muito embora saibamos que o que temos que fazer será dentro das possibilidades financeiras e orçamentárias.

Ademais, nada de desistir, porque desde que se decidiu aonde chegar com essa organização o Ipsemc tem a honra de gerir, lutar, por meio das pessoas, na criação e recriação do caminho a ser seguido com elucidação de estratégias, objetivos, metas e ações que vem nos direcionando para o futuro, na busca pela excelência pública que deseja. Seguindo o plano estratégico conduziremos a equipe de profissionais na trilha ou no rumo mais acertado tanto na carreira como no trabalho, direcionando seus passos para o desenvolvimento das habilidades, crescimento pessoal e profissional.

2.37 Amostragem gráfica com os resultados obtidos por meio da utilização do Sistema RPPS Digital:

- a) Utilização de Assinaturas e carimbos pela Equipe Previdenciária via sistema / economia de papel / desempenho por setor/servidor



- VII- Programação da Tecnologia da Informação - a divulgação da imagem institucional – ação contínua – atualizadas com sucesso, pois o IPSEMC está no Portal, Facebook, Youtube, etc. Observando-se que várias ações de TI foram implementadas cumprindo-se assim princípios de melhoria contínua do RPPS.
- VIII- Manutenção do Programa de Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades legais existentes neste período de forma remota.
- IX- Estudo, reuniões com Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Consultoria “Crédito e Mercado” objetivando melhor diversificação da Carteira de Investimentos com o fito de se alcançar a meta atuarial.
- X- Realização de estudo atuarial visando à devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia.
- XI- Estudo de Solvência (ALM) realizado.
- XII- Relatórios de DUE Diligence realizado.
- XIII- Política Anual de Investimentos –PAI 2025 em cumprida;
- XIV- Manutenção de práticas / ações sustentáveis no que diz respeito a:
 - a) Processos digitais a todo vapor o que promoveu uma economia significativa de papel conforme gráficos apresentados.
 - b) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição.
 - c) economia de energia, água etc.
- xv- Compensação Previdenciária atualizada;
- xvi- Manutenção dos critérios do Nível III do Pró-Gestão RPPS.
- xv- Equipe institucional 100% certificada;
- xvi- Conselho Deliberativo Municipal de Previdência 100% certificado;
- xvii- Conselho Fiscal Municipal de Previdência 100% certificado;
- xviii- Economia significativa gerada pela implantação de Energia Solar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo semestre de 2025 representou um período de importantes avanços no fortalecimento da governança previdenciária, marcado pela consolidação de práticas de gestão estratégica, o aprimoramento da transparência institucional e o reforço dos mecanismos de controle interno. Os esforços empreendidos refletiram o comprometimento com a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e com a prestação de serviços de qualidade aos segurados.

Destaca-se a atuação integrada dos conselhos, comitês, unidades administrativas e da alta direção, promovendo um ambiente de decisões pautadas na ética, responsabilidade e na busca contínua por melhores resultados. A adesão às diretrizes do Pró-Gestão RPPS e a busca pela melhoria dos indicadores de desempenho evidenciam o alinhamento da instituição às boas práticas de governança.

Contudo, reconhece-se que os desafios permanecem, especialmente diante de um cenário econômico em constante transformação. Por isso, reafirma-se o compromisso com a capacitação contínua dos gestores, colaboradores e conselheiros, com a inovação na gestão previdenciária e com o aprimoramento das políticas de controle e avaliação.

Finalizamos este relatório com a certeza de que a governança é um pilar essencial para a perenidade e confiança no RPPS. Que os próximos semestres sejam de ainda mais avanços, construindo uma previdência pública cada vez mais eficiente, transparente e comprometida com as futuras gerações.

Enfim, fazemos nossas ao palavras da séria bíblica do livro de Samuel 7.12: “Até aqui nos ajudou o Senhor!”



“Seja resiliente: Ser resiliente é ter a capacidade de possuir uma conduta sã num ambiente insano, ou seja, a capacidade de um indivíduo sobrepor-se e construir-se positivamente frente as adversidades.

(Doutor Fé)

4. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

I- Introdução

O Conselho Deliberativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS-Ipsemc, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reuniu-se para analisar o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária, referente ao Segundo Semestre 2025, documento que consolida as práticas, controles, mecanismos de transparência e ações institucionais realizadas durante o período de referência. O presente parecer tem por finalidade registrar a deliberação deste colegiado quanto à adequação, consistência e conformidade das informações apresentadas.

II- Análise do Relatório de Governança

Após apreciação detalhada, o Conselho Deliberativo constatou que o Relatório de Governança referente ao segundo semestre de 2025:

1. Atende às diretrizes normativas vigentes, demonstrando alinhamento com os princípios de legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade fiscal aplicáveis ao RPPS.
2. Apresenta de forma clara as estruturas de governança adotadas pela gestão previdenciária, incluindo:
 - Mecanismos de liderança e responsabilidades definidas;
 - Processos de gestão estratégica e gestão de riscos;
 - Estrutura de controle interno;
 - Instrumentos de integridade, conformidade e auditoria;
 - Indicadores de desempenho e monitoramento, conforme delineado pelo planejamento estratégico.
3. Evidencia boas práticas de governança, destacando avanços em planejamento, gestão atuarial, gestão de investimentos, atendimento aos segurados e modernização administrativa.
4. Demonstra coerência entre metas, resultados e ações executadas, mostrando progressos em áreas essenciais da gestão previdenciária, com registros de atividades, relatórios, normativos e comprovações documentais.
5. Apresenta recomendações para melhorias contínuas, reforçando o compromisso com a sustentabilidade do regime e com a maturidade das práticas de governança.

III- Conclusão

Diante da análise efetuada, o Conselho Deliberativo considera o Relatório de Governança adequado, completo e em conformidade com as exigências legais e técnicas, retratando de forma fidedigna a realidade da gestão previdenciária.

Assim, este Conselho emite parecer favorável à aprovação do Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS, referente ao Segundo Semestre 2025, recomendando sua publicação e arquivamento, conforme estabelece a legislação pertinente e as normas internas.

IV- Deliberação

O Conselho Deliberativo, por unanimidade, **APROVA** o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS referente ao período analisado. Aprovação registrada na Ata da Reunião Ordinária ocorrida no dia 16 de dezembro de 2025.

Cabedelo-PB, 16 de dezembro de 2025.

CONSELHO DELIBERATIVO PREVIDENCIÁRIO – CONDPREV

Léa Santana Praxedes

Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima

Conselheira /Representante dos Servidores Ativos da Câmara Municipal

Juliana de Lima Silva

Conselheira/ Representante do Poder Executivo

Marileide Lourenço da Silva

Conselheira /Representante dos Servidores Inativos